

Sistema
Fiep

FIAP
SESI
SENAI
IEL

INDÚSTRIA

em revista

Out a Dez/2019 | Ano VI

Fiep sob nova direção

Carlos Valter Martins
Pedro, presidente recém-
-empossado do Sistema
Fiep, apresenta as
diretrizes da sua gestão.



Inovação

Quarta revolução industrial
estimula empresas de todos
os portes a se adaptarem

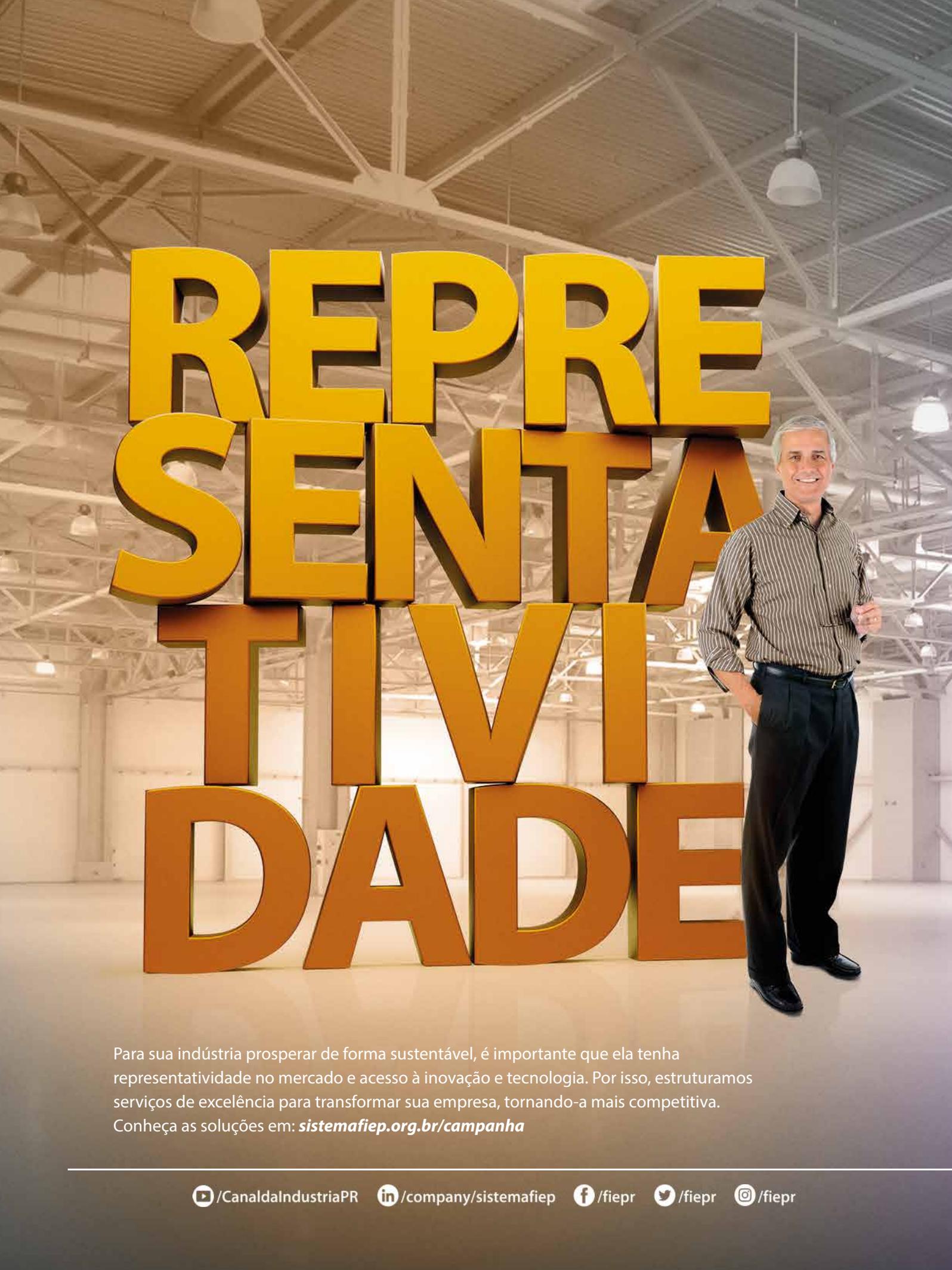
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os avanços que podem melhorar
a competitividade da indústria

ENERGIA

Quebra de monopólio da Petrobras
promete redução de 40% no preço do gás

REPRE SENTA TIVI DADE



Para sua indústria prosperar de forma sustentável, é importante que ela tenha representatividade no mercado e acesso à inovação e tecnologia. Por isso, estruturamos serviços de excelência para transformar sua empresa, tornando-a mais competitiva. Conheça as soluções em: sistemafiep.org.br/campanha

SISTEMA FIEP
JUNTO COM OS
EMPRESÁRIOS



NOVAÇÃO

E TECNOLOGIA

nosso **i** é de **i**ndústria.

Sistema
Fiep

FIEP
SESI
SENAI
IEL

A woman with glasses, wearing a blue blazer, white top, and black pants, stands with her arms crossed next to large, 3D teal letters spelling 'EDUCAÇÃO'. The background is a modern industrial space with a high ceiling and exposed metal beams.

EDUCAÇÃO

E CAPACITAÇÃO

Quando você investe em educação e capacitação, e segurança e saúde, significa que está preparando sua equipe para entregar mais resultado, com mais qualidade e menos custo. Por isso, potencialize seus negócios com nossas soluções: sistemafiep.org.br/campanha

SISTEMA FIEP
JUNTO COM OS
PROFISSIONAIS



SEGURANÇA

E SAÚDE

nosso **i** é de **i**ndústria**a**.

Sistema
Fiep

FIEP
SESI
SENAI
IEL

NESTA EDIÇÃO

■ **LEITURA RÁPIDA . 07**

■ **PALAVRA DO PRESIDENTE . 08**

■ **VIÉS . 09**

■ **FALOU E DISSE . 09**

■ **SABER É CULTURA . 10**

■ **OPINIÃO . 11**

Rosângela Fricke

■ **ENTREVISTA . 13**

Carlos Valter Martins Pedro

■ **EDUCAÇÃO . 16**

Política também se aprende na escola

■ **CAPA . 20**

A inevitável necessidade de investir em inovação

■ **LEGISLAÇÃO . 27**

Lei Geral de Proteção de dados exige adaptação das empresas

■ **ENERGIA . 30**

Os impactos da quebra de monopólio da exploração de gás natural



Crédito: Divulgação Brado

■ **TENDÊNCIA . 34**

Lean Manufacturing gera ganho de produtividade e redução de custos

■ **CENÁRIO . 36**

O que esperar da Reforma Tributária

■ **CONJUNTURA . 41**

Oportunidades e ameaças do novo acordo Mercosul – União Europeia

■ **DA TERRA DOS PINHEIRAIS . 46**

Sobre os trilhos do PR Brado transporta soluções para cargas congeladas

■ **GENTE DA INDÚSTRIA . 48**

■ **GIRO PELOS SINDICATOS . 50**



Crédito: Divulgação Copel



Sistema Fiep amplia estrutura

O Sistema Fiep ampliou sua estrutura de atendimento nos últimos meses. Foram inaugurados dois Institutos Senai de Inovação (ISIs), sendo um em Engenharia de Estruturas, em Maringá (foto), no mês de agosto; e outro em Eletroquímica, em Curitiba, em setembro. Os institutos fazem parte de um processo iniciado em 2012 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Departamento Nacional do Senai, em parceria com as Federações de Indústrias estaduais, quando foi criado o Programa Senai de Apoio à Competitividade. Em todo o Brasil são 26 Institutos Senai de Inovação (ISIs) e 58 Institutos Senai de Tecnologia (ISTs).



Engenharia de Estruturas, em Maringá

O ISI em Engenharia de Estruturas, em Maringá, desenvolverá projetos de pesquisa aplicada em parceria com indústrias de diversos setores. O Sistema Fiep também inaugurou na cidade o Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Metalmeccânica e a Aceleradora de Maringá.

Eletroquímica, em Curitiba

O ISI em Eletroquímica existe desde 2013 e foi o primeiro instituto do Senai a ser inaugurado no Brasil. Nas novas instalações vão funcionar 14 laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicada, equipados com tecnologia de ponta. O espaço expande o escopo atual de atividades. A infraestrutura oferecida atenderá de forma direta os setores industriais de Óleo e Gás, Energia, Química, Baterias, Automotivo, Metalmeccânico, de Mineração e Construção Civil.

Colégio Sesi inaugura unidade trilingue, em Foz do Iguaçu

Foi inaugurado em agosto, em Foz do Iguaçu, o Colégio Sesi Internacional com ensino trilingue, o primeiro da rede a oferecer aulas em três idiomas. Os conteúdos serão ministrados em português, inglês e espanhol e acontecem dentro do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI).

Hub de Inteligência artificial, em Londrina

Londrina, no Norte do Paraná, é sede do Hub de Inteligência Artificial, inaugurado em setembro último. A iniciativa da CNI e do Senai Nacional visa promover a adoção de tecnologias de inteligência artificial, como *big data*, *machine learning* e *cloud computing*, pelo setor industrial paranaense e brasileiro. Londrina foi escolhida por concentrar um grande número de empresas de TI e startups ligadas à indústria 4.0.

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

PRESIDENTE

Carlos Valter Martins Pedro

SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) E INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL) E DIRETOR REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

José Antonio Fares

A INDÚSTRIA EM REVISTA É UMA PUBLICAÇÃO OFICIAL DO SISTEMA FIEP

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Edilane Marques

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Elvira Fantin (2152/DRT-PR)

EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO, ARTE E DIAGRAMAÇÃO

433 AG - 433.ag

BANCO DE IMAGENS

Shutterstock

IMPRESSÃO

Hellograff Artes Gráficas Ltda.

TIRAGEM

10 mil exemplares

Comentários, críticas e sugestões, escreva para:

aindustriaemrevista@sistemafiep.org.br



**CARLOS
VALTER
MARTINS
PEDRO**

*Presidente do
Sistema Fiep*

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Brasil e o Paraná ainda lutam para superar os efeitos de uma das crises mais perniciosas e duradouras de sua história. Uma crise que provocou feridas profundas no setor produtivo como um todo, e na indústria em especial, retirando muito da capacidade de investimento das empresas em função dos custos de um mercado recessivo.

Essa realidade atinge o setor industrial em um momento em que ele mais precisa investir em evolução tecnológica e na qualificação técnica de sua mão de obra. Estes são requisitos imprescindíveis para o necessário aumento de sua produtividade e busca por mais competitividade, tanto no mercado interno quanto no externo.

Por um lado, a reversão desse quadro depende da adoção de medidas e políticas públicas que melhorem o ambiente de negócios para a indústria e o setor produtivo. Que reduzam a burocracia e os custos de produção, incentivando investimentos no País. Por outro, é preciso reforçar o apoio técnico e tecnológico às empresas para que possam se desenvolver.

É justamente neste ponto que ganha ainda mais importância a atuação de uma entidade como o Sistema Fiep. Por meio de nossas diferentes casas – Fiep, Sesi, Senai e IEL –, temos totais condições de prestar amplo apoio para que a indústria paranaense evolua e enfrente os desafios que se colocam a sua frente.

Na matéria de capa desta edição da Indústria em Revista, apresentamos a estrutura e os serviços que o Sistema Fiep oferece para incentivar a inovação nas empresas. Um trabalho em que a nova diretoria de nossa entidade, que assumiu em outubro, pretende agregar cada vez mais valor, ampliando os resultados para a indústria.

As diretrizes da nova gestão também são o tema da entrevista desta edição. Uma gestão que terá foco total na indústria, que é a razão de existir do Sistema Fiep e para quem precisamos prestar cada vez mais e melhores serviços. Assim, estamos certos de que poderemos contribuir cada vez mais com o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

Boa leitura!

**↑ SOBE****Crédito**

O saldo da carteira de crédito das empresas do Paraná teve um aumento de 3% em agosto último se comparado a agosto de 2018. Considerando pessoa física e jurídica, o aumento foi ainda maior no período, chegando a 7,5%. Entre os possíveis fatores desta alta, na avaliação de economistas da Fiep, estão as reduções da taxa Selic e a perspectiva de melhora na economia.

↓ DESCE**Taxa de Juros**

A partir do segundo semestre de 2019, o Banco Central vem reduzindo sistematicamente a taxa Selic. O valor atual é de 5% ao ano, bem inferior ao valor de todo o primeiro semestre, que foi de 6,5%. Para 2020, essa trajetória vai depender do comportamento da taxa de inflação, da continuidade das reformas e ajustes econômicos como também da economia internacional.



“O Hub vai consolidar a cidade de Londrina como um importante polo de referência em soluções tecnológicas para o Brasil e para o mundo.”

MARCELO BELINATI

Prefeito de Londrina, durante inauguração do Hub de Inteligência Artificial, parceria da CNI, Senai Nacional e Sistema Fiep.



“A promoção de uma Semana de Inovação amplia os horizontes de decisões de políticas públicas que influenciam diretamente as nossas indústrias.”

ANA CRISTINA MARTINS ALESSI

Presidente da Agência Curitiba de Desenvolvimento, sobre o Talk da Indústria, realizado pelo Sistema Fiep durante a Semana Paraná Inovador, em outubro.

“O Japão é um parceiro tradicional do Brasil. Só que, nos últimos anos, esse comércio ficou aquém do seu potencial. Agora, nós queremos retomar.”

EDUARDO SABOIA

Embaixador do Brasil em Tóquio.





Novo equipamento cultural em Curitiba

Shows, filmes, exposições e muito mais

Desde junho de 2019 Curitiba conta com um novo equipamento destinado às artes. É o Centro Cultural Sistema Fiep, localizado dentro da unidade Celso Charuri, no bairro São Francisco. O local tem três espaços destinados à realização de uma programação artística diversa: a sala Black Box (espaço multilinguagem), uma galeria e um teatro.

O Centro Cultural iniciou suas atividades com a exposição “Um Olhar sobre o Patrimônio e a Paisagem Industrial do Rebouças”, voltada para a compreensão do patrimônio industrial como um bem cultural, ocupando a galeria. O espaço já abrigou a exposição “Nesta complexidade do ser, sou”, da artista Guita Soifer.

Outras ações culturais também foram realizadas, como leituras dramáticas com o diretor Aderbal Freire Filho; cursos de Literatura com a escritora Marina Colassanti (foto); a Mostra

de Cinema Experimental com a diretora Paula Gaitán; show musical com o Grupo Viola Quebrada; a Feira Internacional da Música do Sul, bate-papo e documentário com o Grupo Rumo, temporada da peça teatral “Fronteira” e o Encontro de Economia Criativa Crianômics (foto).



Crédito: Divulgação Sesi Cultura



Crédito: Divulgação Sesi Cultura

Ao longo de todo o ano o espaço conta com atividades dos núcleos criativos do Sesi, como oficinas e workshops relacionados ao audiovisual, música, games, dramaturgia e artes visuais. O Centro Cultural Sistema Fiep fica na Rua Paula Gomes, 270, bairro São Francisco, em Curitiba. Fone: (41) 3271-9284.

Confira a programação de dezembro*

03/12 – 19h – Don’t Go Breaking my Heart – filme

10/12 – 19h – Educação Sentimental – filme

19/12 – 19h – Banda Movimento Uniformemente Variado – show ■

* ENTRADA GRATUITA



OPINIÃO

O impacto da modernização das regras de Segurança e Saúde no Trabalho

por Rosangela Fricke

No decorrer deste ano, o governo vem anunciando uma série de mudanças no eSocial e nas Normas Regulamentadoras (NRs) que impactam diretamente a área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). As mudanças tendem a ser positivas, já que têm como objetivo diminuir a quantidade de informações redundantes e otimizar a rotina de trabalho das equipes responsáveis pela gestão desses dados, relacionados ao eSocial. Quanto às Normas Regulamentadoras, o que temos visto é uma oportunidade de organizar e modernizar os textos, deixando-os aplicáveis à realidade das empresas.

No dia 20 de setembro, a sanção da Lei de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) determinou que o eSocial será substituído por um novo sistema simplificado de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais (Art. 16). O atual sistema deverá ser dividido em dois, sendo um exclusivo para envio de informações trabalhistas e previdenciárias e outro para questões tributárias e fiscais.

Acredito que a nova legislação deverá simplificar a rotina das

empresas, no entanto, não elimina a necessidade de utilizar o sistema do governo para o envio das informações, assim como não reduz a responsabilidade delas sobre a segurança e saúde dos seus colaboradores.

Por isso, é fundamental que as indústrias fiquem atentas à modernização das NRs, foquem na gestão dos dados dos trabalhadores e participem de consultas públicas relacionadas ao tema. Para contribuir para que gestores e trabalhadores mantenham-se atualizados sobre as principais mudanças, criamos um portal oficial e exclusivo com informações seguras e consistentes sobre tudo o que envolve a segurança e saúde nas empresas. O portal pode ser acessado no endereço sesipr.com.br/informacoes-sst.

Além de disponibilizar esse canal online, realizamos workshops e seminários em várias cidades do Estado para a disseminação de informações, bem como rodadas de consultas públicas nesse momento de atualização e modernização das normas de SST.

As indústrias também podem contar com as consultorias do Sesi para se adequar às exigências, como programas legais das NRS, higiene ocupacional, ergonomia e consultorias especializadas em Segurança e Saúde no Trabalho, tanto para a gestão quanto para a organização das informações.

Principais mudanças

A nota divulgada no portal oficial do eSocial aponta as principais alterações relacionadas a assuntos trabalhistas e previdenciários, conforme listado a seguir. A partir de janeiro de 2020 será preciso transmitir as informações abaixo pela plataforma simplificada instituída pela Lei de Liberdade Econômica.

- Os eventos de SST serão reduzidos de seis para quatro. Serão mantidas as informações necessárias apenas para a substituição do CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho) e PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).
- A tabela de riscos será reduzida de 1.200 itens para cerca de 300.
- Evento S-1060 – Tabela de Ambientes de Trabalho – informações de exercício de atividade em ambiente do próprio empregador ou de terceiro não precisam constar da tabela. Podem migrar para o evento S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco que, por sua vez, também será simplificado.
- Evento S-2221 – Exame Toxicológico do Motorista Profissional – a portaria que exigiu a informação referente ao exame toxicológico no CAGED será revogada e o evento perderá sua função.

“ É FUNDAMENTAL QUE AS INDÚSTRIAS FIQUEM ATENTAS À MODERNIZAÇÃO DAS NRS, FOCHEM NA GESTÃO DOS DADOS DOS TRABALHADORES E PARTICIPEM DE CONSULTAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO TEMA. ”

Quem não adotar o sistema do governo enfrentará problemas burocráticos, desde impossibilidade de contratar novos empregados até multas proporcionais ao número de funcionários da empresa. Mas não é só isso, com as novas tecnologias e a chegada da indústria 4.0, surgem novas formas de trabalho e as indústrias também precisam estar preparadas para atuar nesse cenário.

Por meio da plataforma Sesi Viva+, ferramenta online que consolida informações de forma gerencial, é possível monitorar vários indicadores, dentre eles o fator acidentário de prevenção (FAP), índice que integra o cálculo de contribuição de incidência de afastamentos por acidentes. O ambiente também reúne programas especializados, campanhas, conteúdos técnicos e canais de relacionamento que colaboram para a construção de um ambiente seguro e saudável.

Diante de tantas mudanças e desafios, a indústria paranaense conta com o apoio do Sesi para implementar um processo de gestão de SST com maior efetividade. Oferecemos soluções e serviços que promovem uma visão sistêmica e integrada de todo o processo da empresa, resultando num maior ganho de produtividade e competitividade.

Dúvidas sobre o tema podem ser enviadas para o e-mail informacoes-sst@sistemafiep.org.br. ■



ROSÂNGELA FRICKE É GERENTE EXECUTIVA DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A INDÚSTRIA DO SISTEMA FIEP. GRADUADA EM ENGENHARIA AMBIENTAL, PÓS-GRADUADA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO, COM MBA EM SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADA E MESTRADO EM GESTÃO DE RISCOS PELA UNIVERSIDADE ALCALÁ DE HENARES – MADRID, ESPANHA.

Foco na competitividade da indústria

Novo presidente da Fiep, Carlos Valter Martins Pedro, apresenta diretrizes de sua gestão

por Rodrigo Lopes

Desde 1º de outubro, a Fiep tem uma nova diretoria. Industrial do setor metalmecânico, em que atua há 38 anos, Carlos Valter Martins Pedro foi escolhido pela maioria dos sindicatos filiados para presidir a entidade no quadriênio 2019-2023. Nesta entrevista, ele analisa o processo eleitoral, fala sobre medidas que considera necessárias para o aumento da competitividade do setor produtivo e aponta a que será a principal diretriz de sua gestão: foco total na indústria.

O nome da sua chapa na eleição era "Foco na Indústria, Fiep para os Sindicatos". Diante disso, quais serão as principais diretrizes da sua gestão?

Vai ser foco na indústria. Temos uma entidade que é a mais antiga do Sistema S. Nosso Senai foi fundado durante a Segunda Guerra, para a formação da mão de obra para a indústria. O Sistema Fiep é da indústria do Paraná. Somos responsáveis por isso. Eu, como presidente, serei o coordenador dessas ações junto com toda a diretoria, mas nada vai acontecer, nada vai chegar à indústria, se não for por meio do nosso corpo de funcionários. São 4 mil funcionários do Sistema Fiep capilarizados por todo o Estado. Fiep, Sesi, Senai e IEL existem por causa da indústria e para a indústria. Nossa função é representar e prestar serviços para a indústria. É isso que vamos fazer, da melhor forma possível, agregando valor ao que já é feito.

“ O SISTEMA FIEP É DA INDÚSTRIA DO PARANÁ. SOMOS RESPONSÁVEIS POR ISSO. ”



CARLOS VALTER MARTINS PEDRO

Nascido em Maringá, Carlos Valter Martins Pedro começou sua jornada como industrial há mais de 30 anos, como sócio-administrador e fundador da ZM Bombas, especializada na produção de bombas hidráulicas, hidrolavadoras de pressão e sistemas eólicos para bombeamento e energia. A empresa atua em todo o mercado nacional, América do Sul e Central e África do Sul.

O industrial também é presidente do Sindimetal Maringá, do qual foi fundador, e foi conselheiro de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foi presidente do Conselho Regional do Senai no Paraná e é vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM). Preside a Fundação Tecnópolis de Maringá e o Conselho Gestor da Incubadora Tecnológica de Maringá. Além disso, foi presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), integra o Conselho Temático do setor metalmecânico do Paraná (G19) e é diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

A eleição que o senhor disputou e venceu para a presidência da Fiep foi muito acirrada, com diferença de apenas dois votos. Como o senhor pretende unir estes dois lados?

Esta eleição teve um aspecto muito positivo, que foi a participação maciça dos sindicatos, com 100% de comparecimento. Isso mostra o interesse que o setor industrial tem por nossa entidade e prova o valor que a Fiep tem como representante do setor. Agora vamos todos juntos e unidos trabalhar pelo interesse comum, que é a valorização da indústria do Paraná.

O senhor tem uma longa trajetória empresarial, fundou sua própria empresa há mais de 30 anos, em Maringá. Como esta experiência pode contribuir na gestão do Sistema Fiep?

Sou industrial há 38 anos, tenho uma indústria de bombas hidráulicas e lavadoras de pressão. São 120 funcionários e atuamos em todo o Brasil, na América Latina e na África. Passamos por crises, mas sempre conseguimos manter a empresa saudável. E, para isso, investir em produtividade foi fundamental. Por isso, invisto na formação profissional dos colaboradores, sendo cliente do Sistema Fiep. Qual escola profissional tem os equipamentos para a formação profissional para a indústria que o Senai possui? Isso tem que ser valorizado. Qual a instituição tem o conhecimento sobre saúde e segurança do trabalhador como o Sesi? Essas entidades existem para a indústria. É isso que temos que focar e corresponder às expectativas que a indústria tem.

E a sua atuação como líder empresarial, participando de várias instituições representativas. Como pretende trazer esta experiência para o Sistema Fiep?

Faço isso porque gosto, porque vejo valor, gosto de contribuir para que se chegue em bons resultados. Em Maringá, participo de várias entidades buscando melhorar as condições gerais da cidade onde tenho a minha empresa e onde vive a minha família. No Sistema Fiep, muito mais ainda. A participação no sindicato patronal, que faz a defesa da indústria como um todo, tanto na atuação junto ao governo e também nos negócios que queremos ampliar, é fundamental.



O Sistema S tem sido alvo frequente de críticas, chegando até a ameaças em relação a cortes de verba. A que o senhor atribui essas críticas?

À desinformação. Nós usamos o compulsório para investir. É por isso que temos uma instituição estruturada, com um corpo técnico altamente qualificado e com uma estrutura que consegue atender com eficiência todas as indústrias, de todos os portes e setores e de todas as regiões. Nós precisamos mostrar isso.

“ O FATO DE EU NÃO TER AÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA VAI FACILITAR A INTERLOCUÇÃO TANTO COM O GOVERNO QUANTO COM A ASSEMBLEIA E A CÂMARA FEDERAL. ”



Como uma das mais importantes entidades representativas do setor produtivo, a Fiep mantém uma interface constante com todas as esferas do Poder Público. Como será este relacionamento na sua gestão?

Vamos intensificar o máximo possível esse relacionamento. O fato de eu não ter ação político-partidária vai facilitar a interlocução tanto com o Governo quanto com a Assembleia e a Câmara Federal. O que diz respeito à indústria vamos tratar firme e forte e o que for transversal quero integrar com as demais entidades, no âmbito do G7.

Como o senhor avalia os governos estadual e federal e suas políticas voltadas ao setor industrial?

Tem que evoluir muito. O que é nacional vamos reforçar junto à Confederação Nacional da Indústria, a CNI. A Fiep vai fazer a interface com a bancada paranaense e atuar também com a Assembleia Legislativa, no Estado.

As reformas promovidas recentemente, como a Trabalhista e a Previdenciária, ajudam a melhorar o ambiente de negócios do País?

As reformas Trabalhista e da Previdência, e esperamos também em breve a Tributária e a Política, são boas sinalizações. Elas fazem parte de um processo de reconstrução, em que precisamos recuperar nossa competitividade. Temos condições favoráveis, mas há muito a fazer. Somos a quinta população do mundo, temos um grande mercado e precisamos potencializar

isso para a evolução da indústria como um todo. Precisamos deixar de exportar só *commodities*. Os manufaturados também precisam fazer parte da nossa pauta de exportações.

Que outras medidas o senhor considera importantes para recuperar a competitividade da indústria?

Precisamos desonerar a produção. Uma peça fabricada no Brasil tem que ser tão competitiva quanto uma fabricada na China, nos Estados Unidos, na Europa ou em qualquer parte do mundo. A indústria brasileira sofre com custos externos à produção que impactam no preço final, na competitividade. Isso passa pela carga tributária, que é muito pesada, mas também pela burocratização e pelos custos indiretos que temos para prestar informações ao governo. Temos também a questão do nosso trabalhador, que não ganha tanto, mas custa muito, e isso também onera. Tudo isso precisa mudar. ■

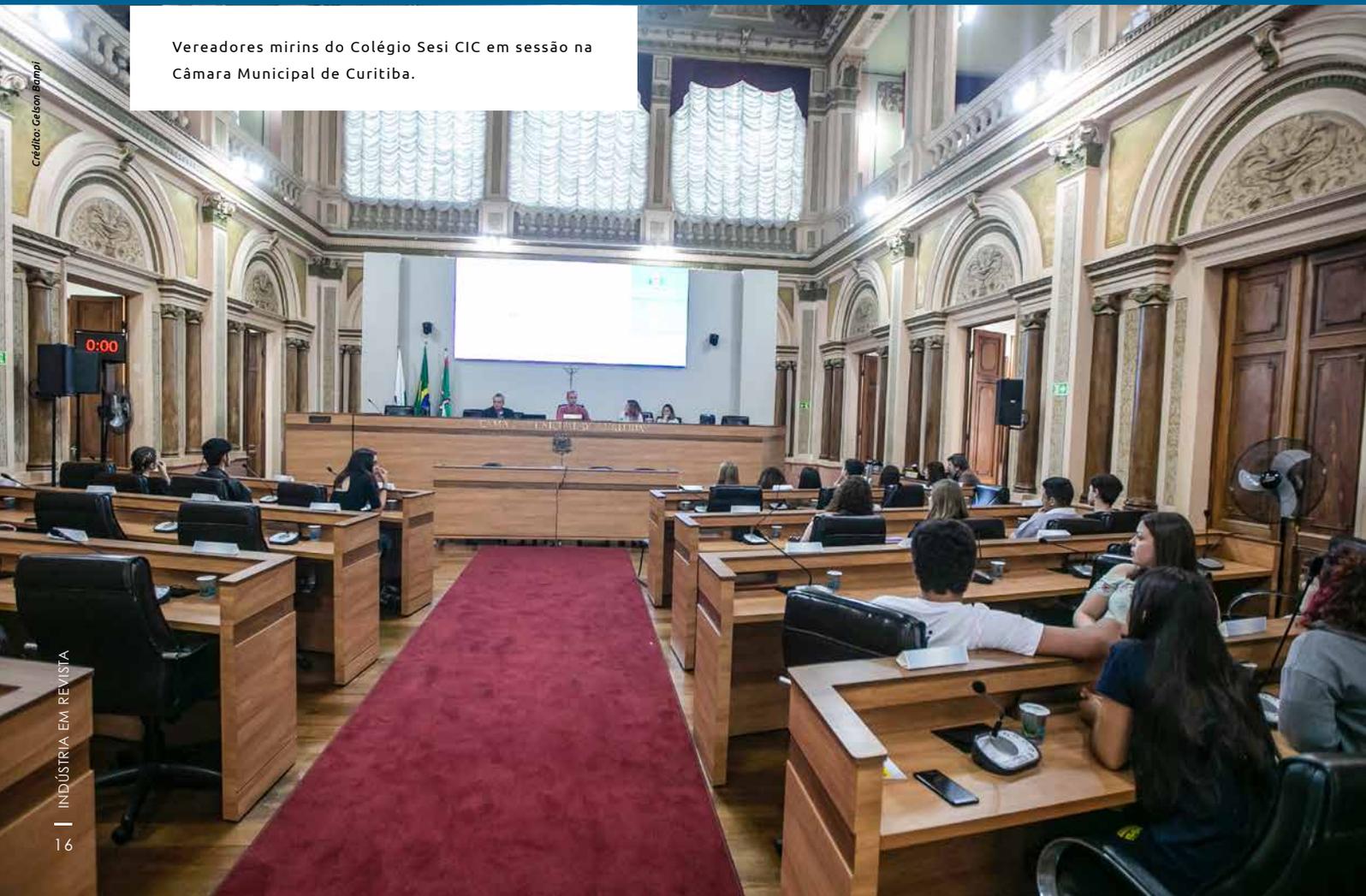
“ PRECISAMOS DESONERAR A PRODUÇÃO. UMA PEÇA FABRICADA NO BRASIL TEM QUE SER TÃO COMPETITIVA QUANTO UMA FABRICADA NA CHINA, NOS ESTADOS UNIDOS, NA EUROPA OU EM QUALQUER PARTE DO MUNDO. ”

Política também se aprende na escola

Projeto Parlamento Jovem ensina política a estudantes do Ensino Médio de todo o Paraná. Uma parceria entre o TRE e o Sistema Fiep levou o projeto para os Colégios Sesi, num desdobramento do programa Vote Bem

por Elvira Fantin

Vereadores mirins do Colégio Sesi CIC em sessão na Câmara Municipal de Curitiba.



O que faz um vereador, um deputado e um senador? Como se elabora um projeto de lei? Como é a tramitação de um projeto até que ele se torne efetivamente uma lei? O que o eleitor pode cobrar de seus representantes em cada instância do Poder Legislativo? Como se formam os partidos políticos? Como se realiza uma eleição? Estas e outras questões relacionadas à política estão sendo debatidas por jovens estudantes de Ensino Médio do Paraná inteiro. Mais que isso, eles estão votando e sendo votados. Estão sendo eleitos vereadores mirins, vivenciando na prática todas as etapas de um processo eleitoral e de um mandato legislativo.

A vivência acontece por meio do projeto Parlamento Jovem, que nasceu em 2017, por iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná. A condução é pela Escola Judiciária Eleitoral, que tem entre suas atribuições o desenvolvimento de projetos na área de cidadania. Paralelamente, na mesma época, acontecia na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) o projeto Vote Bem, voltado à conscientização sobre a importância do voto.

“O encontro entre o Parlamento Jovem e o Sistema Fiep ocorreu em 2016, quando a Fiep venceu a categoria Comunicação do Prêmio Boas Práticas do Tribunal Regional Eleitoral, com a campanha Vote Bem”, conta o presidente do TRE, desembargador Gilberto Ferreira. Em 2017, quando lançou o Parlamento Jovem, o Tribunal convidou a Fiep para conhecer a iniciativa e, em seguida, foi firmado um termo de cooperação para levar o projeto às unidades do Colégio Sesi.

De 2017 até agora, já participaram quase 10 mil jovens de 32 unidades do Colégio Sesi de 29 municípios do Paraná. “Tanto a campanha da Fiep como o Parlamento Jovem têm foco na conscientização política e a nossa parceria é uma poderosa ferramenta nesse sentido”, destaca Ferreira. “Vivemos um momento político complicado, que precisa ser revertido para o bem de nossas instituições. A nossa aposta é que, ao se envolver no Parlamento Jovem, o estudante perceba a importância de sua participação na sociedade, contribuindo com seu País, seja como eleitor consciente, seja como futuro candidato ao exercício de algum cargo eletivo”, reforça o presidente do TRE.

O Parlamento Jovem simula todas as etapas de uma eleição, desde a formação dos partidos políticos, seguido das convenções, escolha dos candidatos, a campanha, a emissão de títulos de eleitor, a votação com as urnas eletrônicas do

“ A NOSSA APOSTA É QUE, AO SE ENVOLVER NO PARLAMENTO JOVEM, O ESTUDANTE SE INTERESSE COM MAIS PROFUNDIDADE E PERCEBA A IMPORTÂNCIA DE SUA PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE, COMO AGENTE POLÍTICO DE TRANSFORMAÇÃO, CONTRIBUINDO COM SEU PAÍS, SEJA COMO ELEITOR CONSCIENTE, SEJA COMO FUTURO CANDIDATO AO EXERCÍCIO DE ALGUM CARGO ELETIVO ”



GILBERTO FERREIRA,
DESEMBARGADOR E
PRESIDENTE DO TRE.

TRE, a diplomação dos eleitos, a posse e o mandato como vereador na própria Câmara dos Vereados do município (que no caso dos vereadores mirins normalmente dura um semestre). O encerramento se dá com a apresentação e aprovação de um projeto de lei. “Tudo acontece exatamente como numa eleição de verdade para que os jovens entendam todo o processo”, conta o juiz Carlos Alberto Costa Ritzmann, diretor executivo da Escola Judiciária Eleitoral, mantida pela TRE.

Vereadores mirins

A participação no Parlamento Jovem instigou o interesse pela política na jovem Natália Wolff, de 17 anos, aluna do Colégio Sesi Boqueirão, de Curitiba. “Não tinha muita simpatia por política, mas fui despertada pelo projeto”, conta. A afinidade foi tanta que ela se candidatou e foi eleita vereadora mirim no final de 2018, tendo exercido o mandato na Câmara de Vereadores no primeiro semestre de 2019. Na plenária da Câmara, ela discursou ao apresentar uma proposta de projeto de lei que trata da conscientização contra o assédio sexual.

Outro estudante que se interessou pela política por meio do Parlamento Jovem foi Victor Hugo Fernandes, também de 17 anos. “Não gostava de política, mas com o projeto me conscientizei de que discutir é importante e necessário. Eu posso não gostar, mas quero que pelo menos a minha opinião seja ouvida”, diz.

Ao mesmo tempo em que alguns despertaram pela primeira vez o gosto por política por meio do projeto, outros viram nele uma oportunidade para colocar em prática um sonho antigo. “Eu já tinha interesse, mas não via uma oportunidade e não sabia o caminho. Com o Parlamento Jovem tive toda a estrutura que precisava”, conta Isabela de Lima, de 17 anos, que quer se candidatar às eleições de 2020.

O estudante Bernardo Bernart já decidiu: será candidato em 2020. “Já tinha esta intenção. Com o projeto conheci pessoas e partidos. Já me filiei e disputarei a eleição”, conta Bernart,

de 17 anos. É dele a autoria do projeto de lei escolhido pelos estudantes do Colégio Sesi Boqueirão para tramitar na Câmara. O projeto propõe a criação de uma semana de conscientização sobre a vulnerabilidade social para atender pessoas na linha da pobreza.

“O mais legal do Parlamento Jovem é que ele pode romper com os clusters, aquela prática pela qual as famílias se perpetuam na política, abrindo lugar para o sangue novo”, diz Enzo Guedes Zaniolo, também estudante e participante do projeto.

No Colégio Sesi Boqueirão, a condução do projeto Parlamento Jovem ficou sob responsabilidade do professor de Geografia, Gerson Souza Brelaz. Ele conta que o envolvimento foi grande. “Os debates durante a campanha e os projetos de lei desenvolvidos diziam respeito à melhoria das condições do bairro, da comunidade e da cidade em geral”, conta.



Crédito: Gelson Bampi

“ O PARLAMENTO JOVEM PODE ROMPER COM OS CLUSTERS, AQUELA PRÁTICA PELA QUAL AS FAMÍLIAS SE PERPETUAM NA POLÍTICA, ABRINDO LUGAR PARA O SANGUE NOVO. ”

ENZO GUEDES ZANIOLA, ESTUDANTE DO SESI BOQUEIRÃO, EM CURITIBA, E PARTICIPANTE DO PROJETO.



Crédito: Gelson Bampi

Vereadores mirins do Colégio Sesi Boqueirão reunidos com professor Gerson Brelaz.

Escola do Legislativo

No segundo semestre deste ano, uma nova turma de vereadores mirins tomou posse, desta vez da unidade CIC (Cidade Industrial de Curitiba). Na primeira sessão na Câmara Municipal, o grupo foi recebido pelo vereador Professor Euler, coordenador da Escola do Legislativo. Ele falou sobre o funcionamento da casa, explicou o processo de escolha da mesa diretiva e sobre a elaboração e tramitação dos projetos de lei.

“Essa iniciativa do TRE, da Fiep e da Câmara Municipal é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade melhor e composta por cidadãos mais conscientes”, destacou. Ele explicou que durante o projeto, os vereadores do Parlamento Jovem têm um contato mais próximo com a política e podem vivenciar na prática como as decisões na Câmara podem afetar a vida de todos os municípios.

Não apenas na capital, mas por todo o interior do Paraná o Parlamento Jovem está levando a discussão sobre política

“**ESSA INICIATIVA DO TRE, DA FIEP E DA CÂMARA MUNICIPAL É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE MELHOR E COMPOSTA POR CIDADÃOS MAIS CONSCIENTES.**”

PROFESSOR EULER,
VEREADOR E
COORDENADOR
DA ESCOLA DO
LEGISLATIVO.



Credito: Getson Bampi

aos estudantes. Em Loanda, na região Noroeste, os alunos do Colégio Sesi também participaram do projeto. “Sempre me interessei por política e achei esta iniciativa muito interessante. O envolvimento com a política é necessário”, diz Gabriel Felipe Campos Saravalle, 15 anos, estudante do 2º ano do Ensino Médio, eleito vereador mirim. Ele conta que na unidade onde estuda o envolvimento foi muito grande.

Maria Eduarda de Freitas Esser, 15 anos, colega de Gabriel, também foi eleita vereadora mirim. “Eu quis participar porque vi uma maneira para poder interferir naquilo que considero errado na minha cidade”, conta. A jovem decidiu trabalhar num projeto de lei que prevê melhores condições de segurança no entorno do Colégio.

Além da vivência nas câmaras de vereadores, os estudantes recebem orientações sobre orçamento, controle social e transparência, por meio de oficinas desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), parceiro do projeto.

“O convênio que o Sistema Fiep mantém com o TRE viabiliza o atendimento à rede do Colégio Sesi”, explica João Frederico Rocha Loures e Souza, da gerência executiva de Educação do Sistema Fiep. Segundo ele, a realização depende da disponibilidade dos cartórios eleitorais, que assumem a operacionalização de todo o processo eleitoral. “O projeto acontece por meio de uma grande parceria, com o envolvimento de várias instituições”, comenta.

O principal propósito é despertar nos jovens o senso de responsabilidades da participação cidadã no processo eleitoral e político, entendendo a organização dos poderes, especialmente do Legislativo. “Hoje, mais de 50% das unidades dos Colégios Sesi são atendidas e há um grande número esperando para participar do projeto em 2020, inspirados sobretudo nos resultados promovidos pela participação democrática e transformação cidadã por meio da educação”, conclui. ■

Inovar: sentido obrigatório

Diante da quarta revolução industrial, as empresas que não se adaptarem correm o risco de desaparecer

por Roberto Hammerschmidt

Impressoras 3D produzindo peças de maquinário. *Big data* coletando dados de exoesqueletos em tempo real. Robôs fazendo exames de saúde em humanos. É impossível não enxergar o futuro da indústria quando se entra numa das aceleradoras do Sistema Fiep. Lá estão incubadas diversas empresas em estágio inicial de desenvolvimento – as famosas startups.

Os espaços transformam produtos que deram certo em modelo de negócio altamente escalável, que tem potencial para crescer de forma exponencial. A rede de aceleradoras é formada por oito unidades distribuídas pelo Estado, que permitem impulsionar talentos e colocar a força da indústria a serviço do empreendedor inovador, com acesso ao mercado, mentorias e fundos de investimento.



Crédito: Divulgação Copel



Da concepção à viabilidade

Uma das startups aceleradas pelo Sistema Fiep é a Exy, a primeira empresa brasileira a produzir exoesqueletos para a indústria. Trata-se de uma estrutura mecânica leve, que se encaixa ao corpo e permite aos operários trabalharem com mobilidade e segurança.

“O equipamento é uma inovação que gera inclusão e permite que a força de trabalho continue inserida num ambiente de automação. Logo vamos incluir inteligência artificial para o tratamento das informações”, informa Marcos Raymundo Loest, diretor técnico da Exy.

A empresa já vendeu para a CNH Industrial, a ZF do Brasil e a FlexTronics Industrial, está negociando com Mondelez e Embraer e em fase de estudos com Petrobras, Scania, entre outras. Para Loest, a Aceleradora Sistema Fiep representou a viabilidade do negócio. “O Sistema Fiep nos deu acesso a mentorias, treinamentos e networking com as indústrias”, diz.

As aceleradoras são peças que formam o ecossistema de inovação do Sistema Fiep, composto por serviços e estruturas espalhadas por todo o Estado. “Nosso compromisso é ajudar a indústria a desenvolver pesquisas que sejam viáveis comercialmente. O da indústria é aplicar em escala industrial”, afirma Fabrício Lopes, gerente executivo de Tecnologia e Inovação do Sistema Fiep.

“ O SISTEMA FIEP NOS DEU ACESSO A MENTORIAS, TREINAMENTOS E NETWORKING COM AS INDÚSTRIAS. ”

MARCOS RAYMUNDO LOEST, DIRETOR TÉCNICO DA EXY, STARTUP QUE PRODUZ EXOESQUELETOS PARA A INDÚSTRIA.



“ NOSSO COMPROMISSO É AJUDAR A INDÚSTRIA A DESENVOLVER PESQUISAS QUE SEJAM VIÁVEIS COMERCIALMENTE. O DA INDÚSTRIA É APLICAR EM ESCALA INDUSTRIAL. ”

FABRÍCIO LOPES, GERENTE EXECUTIVO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO SISTEMA FIEP.



Operária usando o exoesqueleto desenvolvido pela Exy, startup acelerada pelo Sistema Fiep.

Inovação na indústria do Paraná

Inovação é uma peça central para o sucesso de qualquer negócio e deve estar presente nos planos de desenvolvimento. Reduz custos, aumenta a produtividade e proporciona novos mercados. Por competir muitas vezes em nível global, a indústria precisa se desenvolver para levar aos clientes soluções de classe mundial.

Uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) em 2018 apontou o Estado do Paraná como o segundo mais inovador do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Entretanto, possuímos ainda alguns gargalos que precisam ser resolvidos, como a deficiência nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; métodos de proteção e interação externa, conforme apontou a Bússola da Inovação, iniciativa do Observatório Sistema Fiep.

Indústria 4.0: jornada rumo ao futuro

A necessidade de inovação não vem do acaso. A indústria passa por uma nova revolução, em que avanços tecnológicos das últimas décadas trouxeram novas formas de interação entre as diferentes etapas dos processos produtivos. Como resultado, surgiu o conceito de Indústria 4.0, que é a integração digital de toda a cadeia de valor dos produtos industriais – do desenvolvimento ao uso – e envolve ainda a criação de novos modelos de negócio, produtos e serviços.

“As empresas que não se transformarem digitalmente vão deixar de existir”, alerta Filipe Cassapo, gerente de Inovação do Sistema Fiep. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL) mostra que, em uma década, a Indústria 4.0 deve atingir 21,8% das empresas brasileiras. Hoje, esse percentual é de apenas 1,6%.

“AS EMPRESAS QUE
NÃO SE TRANSFORMAREM
DIGITALMENTE VÃO DEIXAR
DE EXISTIR.”

FILIPE CASSAPO, GERENTE DE
INOVAÇÃO DO SISTEMA FIEP.

Bússola da Inovação

Saiba tudo sobre o perfil da inovação no Paraná, acessando o conteúdo completo do estudo no link:

<http://bit.ly/bussoladainovacao>



A Electrolux foi uma das indústrias que decidiu se antever a esse cenário e contou com o apoio da equipe de inovação do Sistema Fiep para traçar os primeiros passos no caminho para a transformação digital. O foco da empresa era otimizar os processos e trazer os conceitos de Indústria 4.0 para dentro das fábricas.

“Contamos com todo o suporte [do Sistema Fiep]. Recebemos uma proposta de trabalho em conjunto a fim de criar a cultura de inovação dentro da área de Operações da Electrolux”, afirma Antonio Mandalozzo, gerente de Transformação Digital da Electrolux.

“Tivemos o apoio da Fiep na aproximação com startups, em programas de aceleração e também na estruturação de toda a área de *Digital Industrial Operations*, para estarmos atualizados com tudo que acontece de novo em nossa área”, finaliza.



Crédito: Gelson Bomp

“TIVEMOS O APOIO DA FIEP NA APROXIMAÇÃO COM STARTUPS, EM PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO E TAMBÉM NA ESTRUTURAÇÃO DE TODA A ÁREA DE *DIGITAL INDUSTRIAL OPERATIONS*, PARA ESTARMOS ATUALIZADOS COM TUDO QUE ACONTECE DE NOVO EM NOSSA ÁREA.”

ANTONIO MANDALAZZO, GERENTE DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA ELECTROLUX, EMPRESA QUE COM O APOIO DO SISTEMA FIEP IMPLANTOU A CULTURA DA INOVAÇÃO NA ÁREA.

Como minha empresa pode inovar?

O Sistema Fiep oferece serviços às empresas que desejam inovar, de maneira consultiva e através de pesquisa e desenvolvimento. As empresas podem compreender as demandas dos seus clientes, estabelecer os seus processos de inovação, definir uma estratégia para tal, melhorar a sua produtividade e a eficiência energética, além de captar recursos financeiros para inovação.

A indústria conta também com o suporte de nove institutos do Senai – sendo dois deles de inovação (Engenharia de Estruturas e Eletroquímica) e sete de tecnologia (Alimentos, Celulose e Papel, Construção Civil, Madeira e Mobiliário, Metalmeccânica, Meio Ambiente e Química e Tecnologia da Informação e Comunicação) – e o Instituto de Longevidade do Sesi.

Os institutos ajudam as empresas a entenderem que tipo de produto ou processo novo querem desenvolver ou que tecnologia querem aplicar na sua indústria. “Pode ser algo que nunca tenha sido desenvolvido no mundo, ou pode ser algo que já é uma tecnologia dominada em outros locais, mas que aquela indústria não domina” afirma Lopes.

Quanto custa inovar?

Um mito que precisa ser derrubado é o de que a inovação está associada geralmente a altos investimentos. De fato, pesquisas de ponta exigem recursos polpudos, mas inovar também está ligado à capacidade de prototipação rápida e de colocar em prática o que foi pesquisado de forma barata e eficiente.

Independente da forma que desejam inovar, o Sistema Fiep apoia e ajuda as empresas a terem acesso a recursos em duas áreas: pessoal e financeira. Em relação a pessoas, há o oferecimento de bolsas através do Inova Talentos, que permite às empresas ter acesso a mestres, doutores e pós-doutores, com o objetivo de desenvolver processos de inovação.

No campo financeiro há o apoio à captação de recursos públicos e privados, tanto na forma de dedução de carga fiscal, de empréstimos ou ainda na subvenção (recurso não reembolsável). O Sistema Fiep é capaz de construir uma estratégia que utiliza de forma inteligente o encadeamento de vários recursos que melhor se adequam às necessidades da empresa.

Quais empresas podem inovar?

Engana-se quem pensa que a inovação está limitada às grandes empresas. Todas as indústrias, de todos os setores e de todos os portes, podem e devem inovar, em situações que podem ser relativamente simples, como a implantação de uma cultura de inovação, até processos mais sofisticados, como o desenvolvimento de uma pesquisa que envolva parceiros nacionais e internacionais com o objetivo de criar uma tecnologia disruptiva.

A Copel é uma das empresas que buscou o apoio do Sistema Fiep para a implantação de um programa na área – o Copel+, que tem o objetivo de acelerar startups visando estimular o surgimento de inovações no setor elétrico, contemplando desde ideais iniciais até o escalonamento de negócios.

O programa, que já está na sua segunda fase, conta com a parceria da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e tem como foco a conexão entre indústria e universidade, visando ao fomento e estímulo ao desenvolvimento de novos negócios, à inovação por meio da rede de parceiros do programa e à aceleração de empreendimentos de alto impacto, gerando empregos e receitas para o Estado.

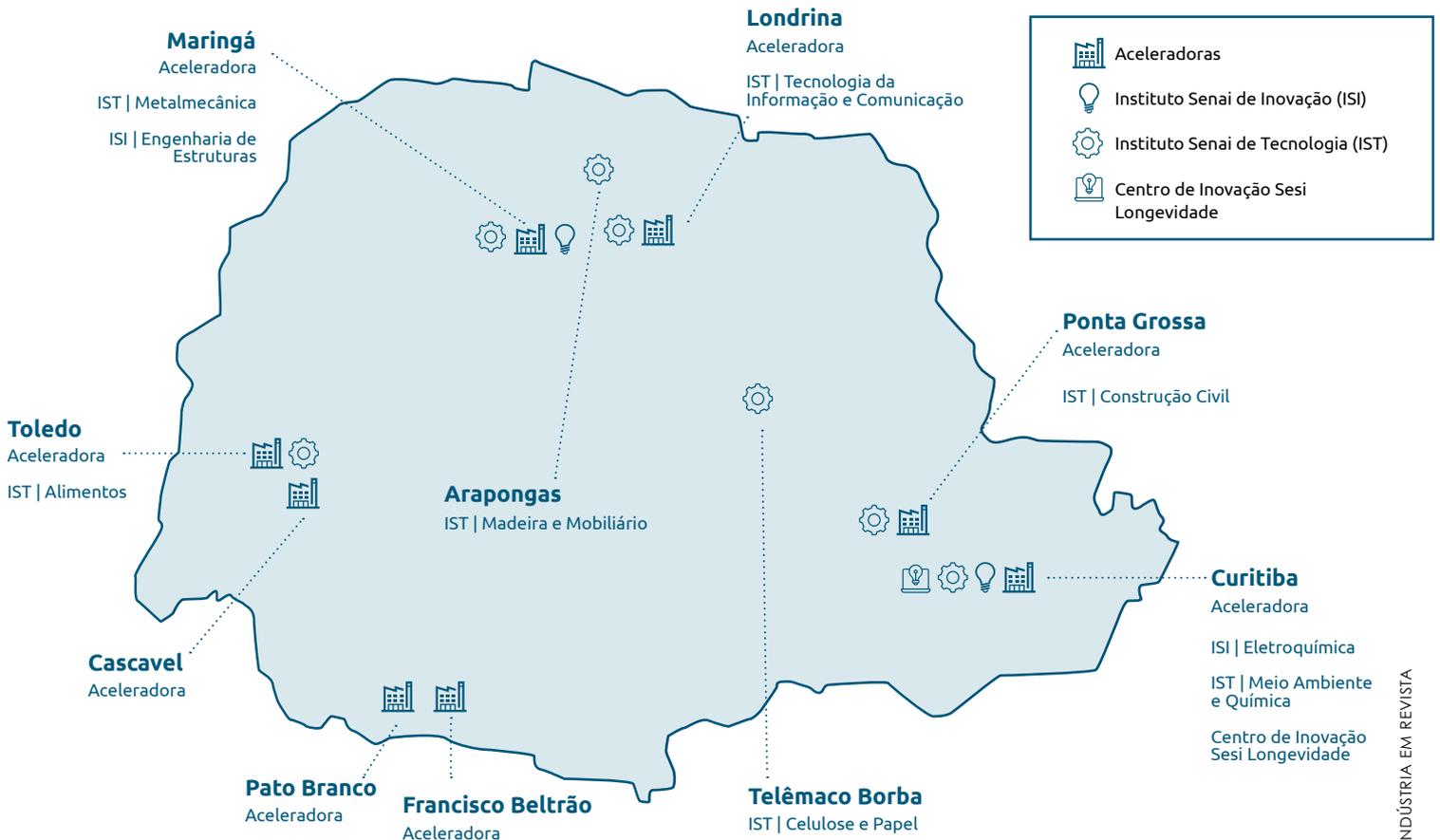
“O apoio do Sistema Fiep foi decisivo para o nosso programa pela expertise da instituição e por ela estar na dianteira da inovação”, afirma Julio Omori, superintendente de Smart Grid e Projetos Especiais da instituição. O Copel+ tem duração de dois anos. ■

“ O APOIO DO SISTEMA FIEP FOI DECISIVO PARA O NOSSO PROGRAMA PELA EXPERTISE DA INSTITUIÇÃO E POR ELA ESTAR NA DIANTEIRA DA INOVAÇÃO. ”

JULIO OMORI, SUPERINTENDENTE DE SMART GRID E PROJETOS ESPECIAIS DA COPEL.

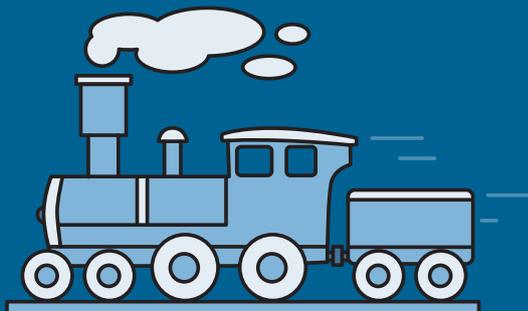


Conheça a estrutura do Sistema Fiep voltada à inovação



Revoluções industriais

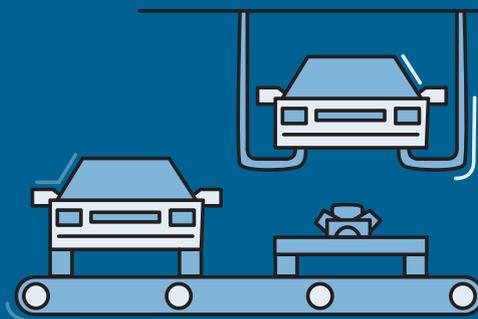
A evolução da indústria ao longo dos anos



Indústria 1.0

Métodos de produção mecânica

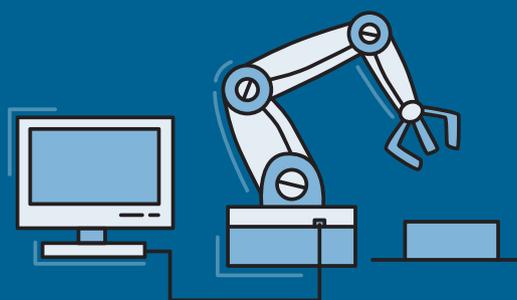
Reino Unido - final do século XVIII
Produção mecânica e energia a vapor.



Indústria 2.0

Linha de montagem

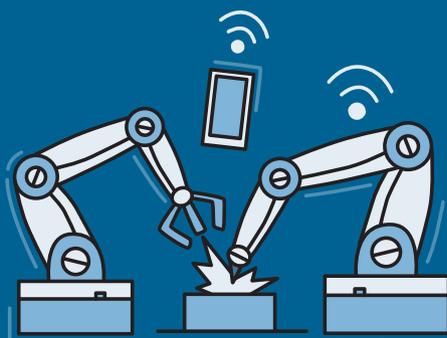
Início do século XX
Produção industrial em massa, baseada em linhas de montagem.



Indústria 3.0

Automação dos processos

Década de 1970
Automatização e uso de produtos eletrônicos e tecnologia da informação.



Indústria 4.0

Interconectividade e análise de dados

A partir de 2010
Interconectividade e a análise de dados com a fusão dos mundos real e virtual.

Um dos símbolos atuais da inovação, as impressoras 3D já são realidade nas aceleradoras do Sistema Fiep.

Para saber como sua empresa pode inovar, fale com a gente.

Você pode entrar em contato com o Sistema Fiep de três formas:

-  Procure uma das unidades do Sistema Fiep
-  Envie uma mensagem para o WhatsApp (41) 98850-9653
-  Ou um e-mail para: inovacao@sistemafiep.org.br





LEGISLAÇÃO

Nossos dados estão protegidos ?

A Lei Geral de Proteção de Dados prevê sanções às empresas que não se adequarem às novas exigências de privacidade

por Priscila Aguiar

Ao mesmo tempo em que a conectividade trouxe diversos avanços à sociedade, ela gerou problemas de privacidade e sigilo. Prova disso é o fato do Brasil ser o segundo país com o maior número de crimes cibernéticos no mundo, conforme relatório da Symantec, de 2017.

E o que piora esse cenário é a falta de preocupação das organizações. Segundo a edição 2019 do Cyber View, estudo produzido pela Marsh/JLT sobre segurança digital no Brasil, 46,3% das empresas entrevistadas consideram importante, mas não prioritária, a segurança contra ataques cibernéticos, e 44,2% não têm planos de contingência ou orçamento para combater incidentes virtuais.

Influenciado pela GDPR (*General Data Protection Resolution*) europeia, o Brasil publicou, em 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018), que entrará em vigor em agosto de 2020. “A LGPD trata da proteção de dados pessoais. Isso vai além de nome, idade, endereço e CPF. É tudo o que pode identificar um indivíduo – características físicas, condição de saúde, entre outras informações”, explica André Rosa, consultor de Riscos e *Compliance* do Sistema Fiep.

Outro aspecto são os dados pessoais sensíveis, relacionados a menores de idade e dados que podem gerar discriminação, como fatores raciais, sociais e relacionados à saúde. Segundo o consultor, todos os tipos de empresas estão suscetíveis

a vazamento de dados de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros, entre outros públicos com os quais atuam.

Com a nova legislação, todas as organizações deverão explicitar os dados pessoais coletados – quais são, por que coletam e com qual finalidade –, bem como contar com um DPO (*Data Protection Officer*, ou encarregado de dados, em tradução livre). Esse profissional, que pode ser da própria empresa ou um consultor externo, é responsável por administrar o fluxo de informações, da coleta ao tratamento. “Outras ações necessárias são um plano de crise, em caso de vazamento, e o treinamento de colaboradores para que saibam lidar com essas situações”, completa Rosa.



ANDRÉ ROSA, CONSULTOR DE RISCOS E COMPLIANCE DO SISTEMA FIEP.

“ A LGPD TRATA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. ISSO VAI ALÉM DE NOME, IDADE, ENDEREÇO E CPF. É TUDO O QUE PODE IDENTIFICAR UM INDIVÍDUO – CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, CONDIÇÃO DE SAÚDE, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES. ”

As empresas que não se adequarem podem sofrer autuações e receber multas de até 2% do faturamento bruto anual, limitadas a R\$ 50 milhões. Ter boas práticas ajuda, mas não isenta de uma sanção. “Se, numa situação de vazamento, a empresa demonstrar que tem ações em relação ao tema, que conta com um plano de contingência e que treina sua equipe, a pena pode ser suavizada”, explica Flávia Lubieska Kischelewski, advogada especialista em Direito Digital da Prolik Advogados.

“Embora a lei entre em vigor em agosto do próximo ano, as ações de conformidade não podem ficar para a última hora. É uma mudança que veio para ficar, que exigirá acompanhamento e investimento. E isso não é feito de uma hora para outra”, diz.

Principais desafios

Com matriz na Suíça, a Philip Morris International já vinha se adequando antes da lei surgir no Brasil. A privacidade de dados é uma obrigatoriedade para países que atuam na União Europeia ou que desejam estabelecer negócios com eles. “Nossas iniciativas passam por um acompanhamento para verificarmos se estão em conformidade”, comenta Vinicius Gehlen, gerente regional de *Data Privacy* e especialista em Segurança da Informação na Philip Morris International.

“Promover a privacidade em um país que até então não tinha uma lei que garantisse a proteção de dados é um grande desafio, assim como conscientizar os colaboradores dos impactos de coletar informações pessoais”, explica Gehlen.

“ PROMOVER A PRIVACIDADE EM UM PAÍS QUE ATÉ ENTÃO NÃO TINHA UMA LEI QUE GARANTISSE A PROTEÇÃO DE DADOS É UM GRANDE DESAFIO, ASSIM COMO CONSCIENTIZAR OS COLABORADORES DOS IMPACTOS DE COLETAR INFORMAÇÕES PESSOAIS. ”

VINICIUS GEHLEN, GERENTE REGIONAL DE DATA PRIVACY E ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA PHILIP MORRIS INTERNATIONAL.



Flávia, da Prolik, reforça que, embora as organizações sejam muito impactadas com a lei, ela se destina à proteção das pessoas. “Não adianta colocarmos toda a responsabilidade nas empresas. Temos o dever de resguardar as nossas informações, entender onde e como elas estão sendo utilizadas, e cobrar por isso”, comenta. E isso vale tanto para os meios digitais quanto físicos.



Crédito: Carlson Bampi

“NÃO ADIANTA COLOCARMOS TODA A RESPONSABILIDADE NAS EMPRESAS. TEMOS O DEVER DE RESGUARDAR AS NOSSAS INFORMAÇÕES, ENTENDER ONDE E COMO ELAS ESTÃO SENDO UTILIZADAS, E COBRAR POR ISSO.”

FLÁVIA LUBIESKA KISCHELEWSKI, ADVOGADA ESPECIALISTA EM DIREITO DIGITAL.



Tecnologia a favor dos dados

A Lei Geral de Proteção de Dados deve mudar a forma das empresas fazerem negócio. As organizações passarão a captar dados mais qualificados de usuários, que estejam alinhados aos objetivos da empresa. “A LGPD chegou porque perdemos o controle da situação e, de forma geral, passamos a coletar informações de forma descontrolada”, diz João Bruno Soares, sócio da Hariken, empresa que atua no processamento de dados para o mercado de marketing digital.

O objetivo da Hariken é contribuir para que os anúncios dos clientes sejam menos invasivos e mais eficientes. “Para isso, captamos dados que identificam os comportamentos dos usuários em websites, entendendo preferências e padrões”, explica Soares. A solução desenvolvida pela companhia está em 30 mil sites, processando dados de 200 milhões de pessoas.

Por ter o processamento de dados em seu *core business*, a empresa optou por criar uma solução que fortalecesse o próprio negócio e ajudasse os clientes a se resguardarem em relação à LGPD. Foi aí que decidiu desenvolver e gerir termos de consentimento para plataformas online. “Regras de uso, termos de responsabilidade e categorização de *tags* de terceiros são o mínimo que se deve fazer caso tenha um site que colete dados sensíveis”, explica.

Pela nova legislação, todas as companhias com websites ou ferramentas que coletem dados pessoais precisam explicitar, na própria plataforma, que informações estão recolhendo e com qual finalidade. Devem deixar claros os termos de uso e a política de privacidade, garantindo ao usuário a opção de aceitar ou não o registro de suas informações, assim como solicitar a exclusão de dados. ■

“REGRAS DE USO, TERMOS DE RESPONSABILIDADE E CATEGORIZAÇÃO DE TAGS DE TERCEIROS SÃO O MÍNIMO QUE SE DEVE FAZER CASO TENHA UM SITE QUE COLETE DADOS SENSÍVEIS.”

JOÃO BRUNO SOARES, SÓCIO DA HARIKEN, EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O MERCADO DE MARKETING DIGITAL.



Crédito: Carlson Bampi

ENERGIA

Um novo gás para a economia

Quebra do monopólio da Petrobras na exploração do insumo promete redução de 40% no preço. Impacto no PIB industrial pode chegar a um ganho de 8,46%

por Roberto Hammerschmidt

O gás natural já foi considerado um problema para as empresas petroleiras. Quando encontrado em jazidas, era visto com desdém pelos operários, pela necessidade de queimá-lo antes da extração do petróleo. Além disso, uma série de procedimentos de segurança encareciam e complicavam as atividades de prospecção, tornando o insumo uma verdadeira pedra no sapato.

Mas tudo mudou nas últimas décadas. A crescente preocupação com a poluição ambiental, causada por outros tipos de fonte de energia, e também a abundância, versatilidade e a natureza menos poluente do gás natural transformou-o de vilão em mocinho. Prova disso é que o seu consumo energético vem aumentando: dados da British Petroleum (BP) apontam que, em 2017, o gás natural representou 22% da energia usada no mundo, ou seja, quase um quarto da geração da eletricidade no planeta.

Contudo, a realidade brasileira é bem diferente. Comparado a outros países, o Brasil consome um volume pequeno. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o País usou, em 2018, 35,9 bilhões de metros cúbicos de gás natural, valor bem abaixo de outras nações, como os Estados Unidos (817,1 bi), Canadá (115 bi) e China (283 bi). Mesmo países vizinhos menores têm um consumo maior, como é o caso da Argentina (48,7 bi).

Preço alto reduz competitividade

Um dos motivos desse consumo reduzido é o preço do insumo. Com baixa oferta e um mercado sem concorrência, o valor do combustível é um dos mais altos do mundo, superior ao de países que não produzem gás natural, como o Japão. Isso eleva os custos e tira a competitividade da indústria brasileira, responsável por 48% do consumo.

O monopólio é o principal responsável pelo custo alto. “A Petrobras domina as três pontas: compra, transporte e distribuição, então não sabemos nem o preço que a empresa paga”, diz João Arthur Mohr, gerente dos Conselhos Temáticos e Setoriais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Mas esse sistema pode estar com seus dias contados.

O Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), órgão que assessorava a Presidência da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia, aprovou uma resolução

liberando o mercado de gás natural no Brasil. Na prática, isso significa que o controle sai das mãos da Petrobras, permitindo que as indústrias negociem diretamente com os fornecedores.

“ A PETROBRAS DOMINA AS TRÊS PONTAS: COMPRA, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO, ENTÃO NÃO SABEMOS NEM O PREÇO QUE A EMPRESA PAGA. ”

JOÃO ARTHUR MOHR, GERENTE DOS CONSELHOS TEMÁTICOS E SETORIAIS DA FIEP.



Mudança necessária

O preço médio do gás natural para a indústria alcançou US\$ 14 por milhão de BTUs em julho de 2017, o dobro do preço praticado na Europa (US\$ 7 por milhão de BTUs) e mais do que o triplo dos US\$ 4 por milhão de BTUs cobrados nos Estados Unidos, que é o maior produtor e o maior consumidor do combustível no mundo.

Além disso, o preço dentro do Brasil varia por Estado, sendo o Paraná um dos mais caros do País. Isso porque, embora a Petrobras controle toda a cadeia de exploração e transporte, a distribuição é regionalizada – no Paraná, a Compagas é a empresa responsável.

Para Celso Cavalli, presidente da Incepa, trata-se de um prejuízo duplo. “Perdemos competitividade em nível nacional e internacional”, afirma. A Incepa usa gás para secar a pintura do esmalte dos revestimentos cerâmicos. O impacto do gás no custo de produção da empresa atualmente é de 20% o que, segundo Cavalli, é muito alto.

Sobre as tarifas, Rafael Lamastra, diretor-presidente da Compagas, afirma que a empresa vem buscando novas formas de suprir as demandas da indústria. “Já estamos negociando a compra de gás para os próximos contratos de suprimento, antes mesmo da quebra do monopólio da Petrobras” afirma.

“ PERDEMOS COMPETITIVIDADE EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL. ”

CELSO CAVALLI,
PRESIDENTE DA
INCEPA.



O fim do monopólio do gás

Batizado de Novo Mercado de Gás, o programa lançado pelo governo federal tem como objetivo incentivar o aumento de investimentos e diversificar o número de empresas que atuam no segmento. O passo mais recente nesse caminho foi dado em julho, com a assinatura do decreto que institui o Comitê de Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN).

Refém do preço praticado atualmente pela Petrobras, Cavalli reclama da lentidão do processo para a abertura do mercado. “O próprio governo fica atrasando tudo. É um processo moroso”, completa. Apesar disso, o empresário está otimista com a expectativa da redução de 40% nos custos, prometida pelo planalto. “Estou apostando nisso”, afirma. A empresa investe R\$ 1,7 milhão por mês no insumo, e a queda representaria uma economia mensal de R\$ 680 mil.

O novo preço deve aproximar o insumo brasileiro do patamar europeu. “A Europa usa a mesma fonte de gás natural que o Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, que extraem gás das rochas de calcário. Esse tipo de extração não é permitido no Brasil e nem na Europa por questões ambientais” afirma Mohr. Além disso, a redução do valor do insumo equivaleria

a um incremento de 8,46% no PIB industrial, segundo fontes do próprio governo.

Rui Brandt, presidente do Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose (Sinpacel), acredita que a quebra do monopólio é uma grande oportunidade para as empresas aumentarem a competitividade. “Nosso setor é um grande exportador e a abertura do mercado promete colocar a indústria em pé de igualdade com empresas do exterior”, afirma.

“ NOSSO SETOR É UM GRANDE EXPORTADOR E A ABERTURA DO MERCADO PROMETE COLOCAR A INDÚSTRIA EM PÉ DE IGUALDADE COM EMPRESAS DO EXTERIOR. ”

RUI BRANDT,
PRESIDENTE DO
SINPACEL.



Demora no processo

Embora o panorama seja animador, o processo de desconcentração do mercado ainda deve levar alguns anos para ocorrer. Um acordo entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que obriga a estatal a vender ativos na área de distribuição e transporte, por exemplo, só deve ser concluído em 2021.

Além disso, os contratos atuais da Compagas devem ser encerrados só daqui a dois anos. “As distribuidoras trabalham com contratos de prazos longos e a expectativa é que possíveis reduções só comecem a chegar ao Paraná em 2021”, afirma Lamastra.

Ainda que demore, a redução no preço do gás natural animou diversas áreas da indústria. A medida deve atingir principalmente os setores que mais dependem do combustível: cerâmico, siderúrgico, metalúrgico, de madeira, papel e celulose e o setor automotivo. O fim do monopólio também promete gerar mais empregos.

“O gás natural representa, em alguns casos, até 50% do custo de produção de algumas indústrias e há casos de empresas que deixaram de se instalar no País devido ao seu preço alto” afirma Mohr. “O monopólio é terrível para a indústria”, afirma Brandt. “A quebra cria expectativas de mais opções de fornecimento, preços mais competitivos, e serviços melhores”, finaliza. ■



“ AS DISTRIBUIDORAS TRABALHAM COM CONTRATOS DE PRAZOS LONGOS E A EXPECTATIVA É QUE POSSÍVEIS REDUÇÕES SÓ COMECEM A CHEGAR AO PARANÁ EM 2021. ”

RAFAEL LAMASTRA,
DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPAGAS.

Rede deve ser ampliada

A mudança no preço pode acelerar os planos de expansão da rede de gasoduto paranaense. Atualmente, a rede passa em uma faixa que liga o Paraná a Santa Catarina e São Paulo, atendendo 14 municípios do estado, incluindo Curitiba, Araucária, Campo Largo e São José dos Pinhais.

A proposta é que diversas outras redes sejam adicionadas, conectando as principais cidades do interior. Uma delas seria pelo Norte do Estado, passando por cidades como Maringá, Londrina e Pato Branco. Outra conexão seria feita a partir dessa rede, conectando Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava. Paranaguá também teria uma conexão própria, a partir da rede atual.

Situação atual



Situação proposta



FONTE: PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO PARANÁ (PELT)



TENDÊNCIA

Indústrias ganham produtividade e reduzem custos com *Lean Manufacturing*

Modelo de produção teve origem no Japão e é pautado na redução de desperdícios

por Elvira Fantin

A Natuphitus Indústria de Cosméticos Ltda, com sede em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, conseguiu nos últimos seis meses um aumento geral de 170% de produtividade na fábrica. Uma única etapa de um processo de produção, que antes demandava o envolvimento de 15 pessoas e levava sete segundos, passou a ser feito por quatro funcionários em apenas três segundos. Isso para fabricar o mesmo produto e com a mesma qualidade.

O salto na eficiência foi possível depois que a indústria passou a implantar o sistema *Lean Manufacturing*. O modelo de produção, que teve origem no Japão, logo após a Segunda Guerra Mundial, consiste na eliminação de desperdícios e na otimização de processos. “Com a adoção de medidas relativamente simples, mas bastante eficientes, conseguimos otimizar todo o processo de produção e já estamos conseguindo contabilizar os ganhos”, afirma André Balkowski Schutze, proprietário da Natuphitus e presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumaria do Paraná (Sindicosméticos).

“COM A ADOÇÃO DE MEDIDAS SIMPLES, MAS EFICIENTES, OTIMIZAMOS O PROCESSO DE PRODUÇÃO E ESTAMOS CONTABILIZANDO OS GANHOS.”

ANDRÉ BALKOWISKI SCHUTZE, PROPRIETÁRIO DA NATUPHITUS E PRESIDENTE DO SINDICOSMÉTICOS.

O empresário informa que a consultoria foi prestada pelo Senai Paraná. “Eu sentia a necessidade de modernizar a fábrica e tive a indicação do Senai, contratei a consultoria em novembro de 2018 e nos últimos seis meses fizemos a implantação do novo modelo”, conta. “Eu já havia lido sobre o conceito de *Lean Manufacturing* e achava interessante. Decidi implantar este sistema e o resultado foi acima do esperado”, diz.

Schutze afirma que o modelo não apenas melhorou o resultado, mas impactou positivamente os trabalhadores. “Eles foram bastante receptivos, participaram de todo o processo e aprovaram o resultado. Com as mudanças na fábrica, teve uma realocação de tarefas e os colaboradores não precisam mais carregar caixas pesadas. Além disso, o retrabalho foi praticamente eliminado”, conta o empresário.

A Natuphitus é uma empresa de pequeno porte, com 47 funcionários e uma planta industrial de 2 mil metros



Crédito: Geison Bampi

A Natuphitus, indústria de cosméticos de Almirante Tamandaré conseguiu aumentar em 170% a produtividade de sua fábrica a partir da aplicação do *Lean Manufacturing*.

quadrados. A produção mensal varia de 500 mil a 700 mil itens por mês. A indústria tem a marca própria, mas também fornece produtos para outras 22 marcas de todo o Brasil.

“OS AJUSTES RESULTARAM EM 33% DE REDUÇÃO DE CUSTOS.”

FLAVIO CESAR DA SILVA, COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA LA VIOLETERA.

Eficiência produtividade e lucratividade

A La Violetera, indústria de alimentos com sede na Cidade Industrial de Curitiba, também aderiu ao *Lean Manufacturing*. O layout foi alterado e o estoque reduzido. Também foram eliminados postos de abastecimento. Os ajustes resultaram em 33% de redução de custos.



Crédito: Geison Bampi

Na La Violetera o *Lean Manufacturing* é responsável por uma redução de 33% nos custos de produção.

“Trabalhávamos com grandes estoques e havia ociosidade”, conta Flavio Cesar da Silva, coordenador de produção. “Eliminamos desperdícios com transporte, excesso de processamento, estoques, tempo de espera, movimentação de operadores e superprodução”, conta.

Segundo ele, com a consultoria do Senai foi possível identificar oportunidades de melhorias e houve um envolvimento intenso dos colaboradores. “A maioria das ideias veio do pessoal envolvido na produção e isso é bem interessante porque são eles que conhecem todos os detalhes do processo”, observa Silva. ■



CENÁRIO

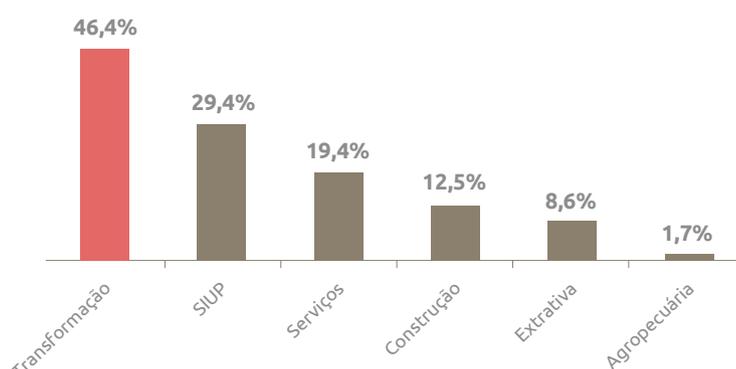
Reforma Tributária: corrigir distorções para acelerar o crescimento econômico

O que esperar das propostas de reforma que estão tramitando no Congresso Nacional e como os ajustes podem melhorar a competitividade da indústria

por Patrícia Gomes

A reclamação é antiga, mas justa. O empresário brasileiro conhece bem o peso da carga tributária, um dos principais entraves ao crescimento do País. De acordo com dados do IBGE, os tributos no Brasil equivalem a 32% do Produto Interno Bruto (PIB). A indústria de transformação é disparada a que mais paga impostos. Os gastos equivalem a 46% do PIB. No setor de serviços a taxa cai para 19%, na construção civil, 12%, e no agronegócio, 1,7%.

Carga Tributária por Setor Econômico - 2018 em proporção do PIB (%)



FONTE: CNI

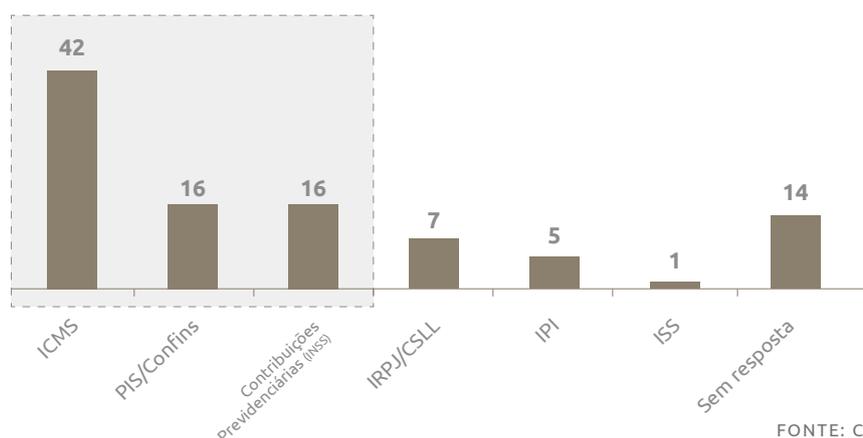
A situação da carga tributária nacional é bem diferente da realidade de países desenvolvidos, como Estados Unidos (26%) e Suíça (28%). Segundo o ranking da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na América Latina, o Brasil só não perde para Cuba, país onde mais se paga impostos em comparação ao PIB (40%). E embora outras nações, como Alemanha, Reino Unido e Canadá, tenham carga tributária parecida com a do Brasil, os impostos se revertem em melhorias à sociedade, com oferta de serviços públicos de boa qualidade. O que não acontece por aqui.

Entenda as propostas de Reforma Tributária

A reforma beneficia principalmente médias e grandes empresas. Micro e pequenas geralmente estão inclusas no regime de tributação simplificado, o Simples Nacional, que não terá mudanças.

Uma redução na carga tributária brasileira ajudaria a melhorar o ambiente de negócios, restaurar a produtividade e ampliar o potencial de crescimento. A possibilidade da reforma finalmente sair do papel anima empresários e trabalhadores para uma mudança de rumo. Entre as propostas que tramitam em Brasília, tanto a PEC 45/2019, discutida na Câmara Federal, quanto a PEC 110/2019, no Senado, preveem a racionalização dos impostos. Isso seria uma alavanca para a retomada do crescimento.

O ICMS é o tributo mais prejudicial à competitividade da indústria, segundo o consultor tributário da Fiep, Alexandre Tortato. Isso porque é muito complexo, gera dúvidas na arrecadação, na apuração, no entendimento das empresas e em como pagar. “É necessário contar com muitos advogados e contadores para apurar os tributos a serem pagos. Este custo é muito alto para o empresário”, esclarece.



FONTE: CNI

Tortato explica que tanto a PEC da Câmara quanto a do Senado visam mudar a tributação das empresas sobre o consumo, o que incide sobre a receita e o faturamento: PIS, Cofins e IPI, na esfera Federal; o ICMS, que é estadual; e o ISS, municipal. As duas propostas pretendem substituir estes cinco tributos por um único, o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços. Outro ponto é a criação de um imposto seletivo que incidiria sobre determinados bens e serviços para desestimular o consumo, como bebidas alcoólicas e cigarros, e para aumentar a arrecadação em cima de combustíveis, energia elétrica, bebidas não alcoólicas e veículos.

“Este formato segue a mesma lógica dos modelos europeu e americano, que estão em vigor há mais de 20 anos, conhecidos como Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Seja qual for aprovado ou mesmo uma mescla de ambos, será melhor do que o sistema que temos hoje”, garante o consultor da Fiep.

Dados divulgados pelo IBGE dão conta de que até julho deste ano a indústria de transformação ainda não havia recuperado as perdas do período entre 2012 e 2016, quando houve queda acentuada de 19,5% na produção industrial paranaense. De 2017 até julho deste ano, o crescimento acumulado ficou em 13,7%. Ainda faltam 5,8% para que o setor reverta o prejuízo do período de crise.

Cenário atual e o desafio para as empresas

Apesar do cenário longe do ideal, o momento é de otimismo. “Não temos ilusão de redução de carga, esperamos a simplificação e uma mudança para melhor”, afirma o diretor Tributário da Volvo, Augusto Flores. Ele argumenta que o sistema tributário brasileiro é tão complexo que demanda uma grande quantidade de profissionais para cumprir com todas as obrigações. “A Volvo tem uma equipe tributária de 40 pessoas no mundo, sendo que 20 deles estão sediados no Brasil. E o Brasil representa só 5% da Volvo no mundo. Isso é o Custo Brasil”, pondera.

O Grupo Volvo atua em 18 Países e é um dos maiores fabricantes mundiais de veículos. No Brasil, emprega mais de 5 mil funcionários nas unidades de Curitiba e São José dos Pinhais, no Paraná, e de Pederneiras, em São Paulo.

Flores defende que a simplificação não é só melhorar o ambiente de negócios, mas torná-lo viável. “Tenho minhas dúvidas de até quando o capital estrangeiro e a indústria nacional vão ter condições de investir no Brasil. Não é possível termos áreas tributárias do mesmo tamanho do comercial, de logística e de operações. Isso precisa mudar e qualquer uma das duas propostas serão melhores do que o que temos hoje”, garante.



Crédito: Imprensa C. Vale

Ausência de incentivos pode gerar perda de competitividade para o cooperativismo

Uma reivindicação das indústrias é ter regras mais claras para resolver o problema da insegurança jurídica. Segundo o diretor da Volvo, uma saída é copiar modelos bem-sucedidos de reformas tributárias já implementadas, como a do México. “Cerca de 40% do contencioso tributário do México foi reduzido. Vamos focar em experiências que estão dando certo”, sugere.

Outra sugestão do executivo é o País definir sua vocação. “A China já escolheu a manufatura. A Índia elegeu o setor de serviços. E o Brasil, vai focar em quê?”, questiona. “Para atrairmos o capital estrangeiro precisamos de viabilidade econômica. Redução de obrigações que nos permitiriam ter menos gente cuidando da burocracia brasileira e mais trabalhadores na produção e garantindo a venda dos produtos, porque isso faz a diferença para o País do ponto de vista da competitividade”, conclui.



“TENHO MINHAS DÚVIDAS DE ATÉ QUANDO O CAPITAL ESTRANGEIRO E A INDÚSTRIA NACIONAL VÃO TER CONDIÇÕES DE INVESTIR NO BRASIL.”

AUGUSTO FLORES, DIRETOR
TRIBUTÁRIO DA VOLVO.

Principais problemas da tributação de bens e serviços no Brasil

- Cumulatividade e desvantagem na concorrência internacional
- Cumulatividade e uso ineficiente dos recursos produtivos
- Deficiências na compensação e no ressarcimento dos créditos tributários
- Oneração dos investimentos
- Uso indiscriminado do ICMS – substituição tributária
- Adoção do cálculo por dentro
- Tributação na origem
- Complexidade e insegurança jurídica
- Falta de coordenação entre legislações tributárias
- Calendário desfavorável de recolhimento

FONTE: CNI

Cooperativismo

A melhoria do ambiente de negócios também é uma aposta da C.Vale, cooperativa agroindustrial que atua na produção e comercialização de grãos, carnes e laticínios, com 151 unidades de negócios em cinco Estados, sendo uma delas em Palotina, no Oeste do Paraná. “Se de fato as propostas forem aprovadas, haverá considerável simplificação na cobrança de impostos e redução de processos burocráticos”, declara o diretor-presidente, Alfredo Lang.

Ele acredita que a partir da reforma pode haver diminuição no acúmulo de crédito, maior liquidez e simplificação. “Temos muitos impostos sobre o consumo, o que torna a apuração e o recolhimento muito complexos. Se os impostos forem unificados, não haverá mais disputas tributárias entre Estados e municípios porque a arrecadação será centralizada em uma única esfera. A desvantagem é que a carga tributária continuará a mesma e alguns incentivos seriam extintos, além de que não há uma previsão para se alterar tributação sobre a renda e o patrimônio”, analisa.

Cauteloso, Lang afirma que ainda é muito cedo para se falar em redução de custos porque é preciso manter toda a equipe durante o processo de transição. Ele avalia que as

“ A DESVANTAGEM É QUE A CARGA TRIBUTÁRIA CONTINUARÁ A MESMA E ALGUNS INCENTIVOS SERIAM EXTINTOS, ALÉM DE QUE NÃO HÁ UMA PREVISÃO PARA SE ALTERAR TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA E O PATRIMÔNIO. ”

ALFREDO LANG, DIRETOR-
PRESIDENTE DA C.VALE.



mudanças exigem análises aprofundadas sobre os impactos que podem gerar e para que possam ser cumpridas todas as novas obrigações. “Se de fato a reforma trazer simplificação e segurança, profissionais poderão migrar para outras áreas. Nossos recursos humanos têm conhecimento e visão sistêmica da empresa. São profissionais que valorizamos e precisamos contar”, destaca.

Em relação à cobrança com tarifa única sobre o valor de consumo, o executivo entende que a medida caracteriza um equilíbrio maior no volume de tributação, já que o recolhimento será efetuado pelo consumidor final. “Algumas propostas de Emenda Constitucional permitem a eliminação ou manutenção da guerra fiscal. Para o cooperativismo, que lida com volumes expressivos de produção e contribuição nas comunidades, entendo que a ausência de incentivos representaria uma perda de competitividade e impactaria negativamente na economia do País.” ■

O que a indústria espera

A Reforma Tributária defendida pelo setor industrial é um modelo que traz maior competitividade para os produtos brasileiros. “Esperamos que a nova proposta retire os entraves que dificultam o crescimento, como a oneração dos investimentos, das exportações. Que preveja a eliminação ou redução drástica da cumulatividade, que tanto prejudica nossa competitividade. E, obviamente, a simplificação que todos desejam”, resume Flavio Castelo Branco, gerente executivo de Política Econômica da CNI.

Para ele, uma das grandes barreiras ao crescimento da economia brasileira, principalmente da indústria, é o sistema tributário anacrônico, ultrapassado. “Esse nosso modelo leva muitas discussões aos tribunais e gera um custo enorme para as empresas”, completa.

Sobre as propostas que estão tramitando, ele alerta para um risco. “A proposta do Senado tem impostos seletivos entre insumos industriais, o que é um risco à competitividade e que deve ser evitado. O melhor para o Brasil é um sistema que fale com o mundo. O nosso atual nos isola. Uma convergência entre a proposta da Câmara e a do Senado pode contribuir para que tenhamos não um projeto excelente, mas viável”, ressalta.

“ O MELHOR PARA O BRASIL É UM SISTEMA QUE FALE COM O MUNDO. O NOSSO ATUAL NOS ISOLA. ”

FLAVIO CASTELO BRANCO,
GERENTE EXECUTIVO DE
POLÍTICA ECONÔMICA DA CNI.





CONJUNTURA

Oportunidades e ameaças de um acordo histórico

Criação de área de livre comércio entre Mercosul e UE obriga Brasil a acelerar reformas e adotar medidas de aumento da competitividade industrial

por Rodrigo Lopes

Foram 20 anos de negociações. Depois de inúmeros avanços e recuos, foi celebrado, em junho deste ano, um acordo de livre comércio entre dois dos blocos econômicos mais importantes do mundo: a União Europeia (UE) e o Mercosul. O tratado, que ainda precisa ser ratificado pelos parlamentos dos 32 países envolvidos para entrar em vigor, aumenta a expectativa de que o comércio exterior brasileiro atinja um novo patamar, abrindo novas oportunidades para o setor produtivo nacional. Por outro lado, joga ainda mais luz à falta de competitividade que inúmeros setores da economia do Brasil sentem na pele quando precisam competir com concorrentes de outras partes do mundo. Na prática, quais podem ser os impactos desse acordo, especialmente para a indústria?

Inicialmente, é preciso ter em mente a dimensão do mercado que UE e Mercosul representam. Juntos, os dois blocos têm população de 780 milhões de pessoas e possuem Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 20 trilhões – ou 25% do PIB mundial. As trocas comerciais entre os blocos totalizam pouco mais de US\$ 101,6 bilhões ao ano. Mas, como o acordo cobre cerca de 90% dos itens comercializados entre eles, que terão suas tarifas zeradas ao longo do tempo, a tendência é de um forte crescimento nesse valor. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indica que, dos 1.101 produtos que o Brasil tem condições de exportar para a UE, 68% enfrentam hoje algum tipo de tarifa de importação ou quotas que limitam sua entrada na Europa.

A princípio, o setor brasileiro com maior potencial de crescimento com a redução das barreiras seria o agronegócio. Ainda de acordo com a CNI, dependendo da abertura do mercado agrícola europeu, o acordo pode aumentar as exportações do Brasil para a UE em US\$ 9,9 bilhões em dez anos, com potencial de gerar 778,4 mil empregos. Os benefícios não se restringiriam a esse segmento. Dados da entidade apontam que o agronegócio consome R\$ 300 milhões em bens industrializados no Brasil para cada R\$ 1 bilhão que exporta de sua produção. Já o Ministério da Economia calcula que, se confirmado, o acordo representará um incremento do PIB brasileiro de R\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias e o incremento esperado na produtividade total dos fatores de produção.

Impacto para a indústria

Para a indústria, o sentimento é contraditório. Enquanto alguns setores e empresas veem no acordo uma possibilidade de ingressar ou ampliar negócios no gigantesco mercado da UE, outros temem pela entrada, no Brasil, de produtos europeus – que também terão tarifas reduzidas. “Não existe acordo internacional que não tenha efeito positivo e efeito negativo”, afirma Welber Barral, sócio-fundador da consultoria BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior do governo federal. “Qualquer acordo é assim. Quando o Mercosul foi criado, acabou a produção de café na Argentina e acabou a produção de trigo no Brasil, porque você tem uma transformação para aquilo que é mais competitivo”, completa. Ele acrescenta que, no caso da relação com a UE, setores industriais mais ligados ao

agronegócio deverão ser os mais beneficiados. “Quando você pega a parte de setor agrícola e processamento de alimentos, poucas regiões do mundo são tão competitivas quanto o Mercosul. E o mercado europeu é não só um mercado gigantesco, como é um mercado de alto poder aquisitivo, então você tem maior possibilidade de o Brasil exportar carne, frango, alimentos processados”, diz. Já setores em que os europeus são mais competitivos podem ter dificuldades. “Setores como o de autopeças e o próprio setor automotivo, por exemplo, vão ter que se reinventar para não serem engolidos pela indústria europeia”, afirma.

“NÃO EXISTE ACORDO INTERNACIONAL QUE NÃO TENHA EFEITO POSITIVO E EFEITO NEGATIVO.”



WELBER BARRAL,
SÓCIO-FUNDADOR
DA CONSULTORIA
BMJ E EX-
SECRETÁRIO DE
COMÉRCIO
EXTERIOR DO
GOVERNO
FEDERAL.

Barral ressalta, porém, que o país tem tempo para se preparar. “O acordo tem que ser ratificado e, depois, tem um prazo de desgravação (para que as tarifas sejam totalmente zeradas) de até 15 anos. Então estamos falando de um processo relativamente lento no tempo de abertura comercial”, diz. Para Barral, poder público e iniciativa privada precisam aproveitar esse período para criar as condições necessárias e encarar a realidade que será trazida com o acordo. “Temos esse prazo para fazer as reformas macroeconômicas que são necessárias para trazer mais competitividade ao país. Sabemos o que precisa ser feito para melhorar o ambiente de negócios. A Reforma da Previdência avançou, estamos discutindo já uma Reforma Tributária, depois temos que falar de uma reforma de simplificação de processos. E o setor industrial tem esse

prazo para aumentar a sua competitividade, para ter iniciativas no nível das empresas para ampliar a inovação, tecnologia e produtividade”, acrescenta.

Opinião parecida tem a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). “Existe uma preocupação quanto aos impactos que uma abertura comercial pode trazer em fatores econômicos, mas eles podem ser minimizados com as reformas estruturantes que o Brasil deve passar”, afirma a diretora executiva de Mercado Externo da entidade, Patrícia Gomes. Segundo ela, ainda não é possível mensurar as oportunidades e riscos que o acordo trará para o setor, uma vez que nem todas as informações foram divulgadas. Mas é fundamental que o país melhore seu ambiente de negócios, já que, além dos problemas estruturais, o alto custo de insumos básicos e de logística, somados ao elevado custo de capital, criam distorções para que o produtor nacional possa competir frente ao produtor europeu. “É importante que o governo invista em uma agenda de competitividade que busque reduzir o ‘Custo Brasil’ de maneira significativa, reduzindo a carga tributária, burocracias e custos de regulamentações assumidos pelo produtor nacional que hoje, devido à alta complexidade, geram elevados custos administrativos”, acrescenta.

“ É IMPORTANTE QUE O GOVERNO INVISTA EM UMA AGENDA DE COMPETITIVIDADE QUE BUSQUE REDUZIR O ‘CUSTO BRASIL’ DE MANEIRA SIGNIFICATIVA, REDUZINDO A CARGA TRIBUTÁRIA, BUROCRACIAS E CUSTOS DE REGULAMENTAÇÕES. ”



PATRÍCIA GOMES,
DIRETORA
EXECUTIVA
DE MERCADO
EXTERNO DA
ABIMAQ.

Mais investimentos no Brasil

Além do livre comércio de mercadorias entre os dois blocos, o acordo definido em junho traz outros capítulos importantes para a relação entre Mercosul e União Europeia. Entre elas, define critérios para questões de propriedade intelectual, amplia a possibilidade para empresas de prestação de serviços, permite que companhias de um bloco participem de compras governamentais em países do outro bloco e facilita a realização de investimentos diretos por parte de empresas.

Cônsul honorário da Alemanha em Curitiba, Andreas Hoffrichter afirma que existe uma estimativa de que, até 2035, haja um volume adicional de investimentos europeus no Mercosul – e, por tabela, a maior parte no Brasil – de algo em torno de US\$ 115 bilhões. “O mercado sul-americano, e principalmente o brasileiro, é extremamente promissor. Você tem quase 20 milhões de pessoas que ainda não estão na condição de consumir, mas vão se tornar consumidores nos próximos anos, e isso é uma oportunidade que você não encontra em outros países. É por isso que investimentos vêm para cá com certeza”, explica Hoffrichter.

“ O MERCADO SUL-AMERICANO, E PRINCIPALMENTE O BRASILEIRO, É EXTREMAMENTE PROMISSOR. É POR ISSO QUE INVESTIMENTOS VÊM PARA CÁ COM CERTEZA. ”



ANDREAS
HOFFRICHTER,
CÔNSUL
HONORÁRIO DA
ALEMANHA EM
CURITIBA.

Além da atratividade desse mercado, Welber Barral aponta que o acordo também dará mais segurança para empresas europeias que queiram investir no Mercosul. “O Brasil já é um destino tradicional de investimentos europeus. Mas a existência do acordo promove maior segurança jurídica para mais investimentos. Aumenta a atração aqui e abre também possibilidade para investimento do Mercosul em países europeus”, diz.

“ O BRASIL JÁ É UM DESTINO TRADICIONAL DE INVESTIMENTOS EUROPEUS. MAS A EXISTÊNCIA DO ACORDO PROMOVE MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA PARA MAIS INVESTIMENTOS.”

WELBER BARRAL, SÓCIO-FUNDADOR DA CONSULTORIA BMJ E EX-SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO GOVERNO FEDERAL.

Riscos ao acordo

Apesar de todas as expectativas abertas em junho com a definição do acordo, os meses seguintes trouxeram algumas ameaças a sua ratificação. A principal delas se deu como consequência de uma crise envolvendo o governo brasileiro, acusado por alguns países de não agir com eficiência para combater incêndios na Amazônia. A repercussão internacional do caso fez com que representantes de algumas nações europeias afirmassem que não aprovariam o acordo em seus parlamentos.

Para o ex-secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, realmente essa é uma questão sensível. “A imagem do Brasil é extremamente importante. E a imagem do Brasil vem se deteriorando, não só neste governo, por questões de violência, por questões de comportamento internacional e por questões ambientais. Isso tem efeito”, afirma. Na prática, porém, ele diz não acreditar que isso impeça a consolidação do acordo. “Acho que vai retardar o processo, mas não vai impedir o acordo. Reverter essa situação depende muito do Brasil. Depende de mostrar empenho principalmente nas questões ambientais”, conclui. ■

CRONOLOGIA DO ACORDO



PRÓXIMOS PASSOS



Tradução do acordo para todos os idiomas da UE e Mercosul



Ratificação pelos parlamentos de todos os 32 países – pode levar de 2 a 3 anos



Entrada em vigor – prazos de redução tarifária podem chegar até a 15 anos

ECONOMIA DOS DOIS BLOCOS



780 milhões de pessoas



US\$ 20 trilhões de PIB

US\$ 101,6 bilhões de comércio bilateral

RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-UE



17,6% Das exportações brasileiras | SEGUNDO MAIOR DESTINO

19,2% Das importações brasileiras | PRINCIPAL ORIGEM

US\$ 390 Bilhões de estoque de investimento | UE NO BRASIL

RELAÇÃO BILATERAL PARANÁ-UE (2018)



US\$ 4 Bilhões em exportações | PARA A UE

5º Estado | MAIS EXPORTOU PARA A UE (10% DO TOTAL)

US\$ 2,4 Bilhões | IMPORTAÇÕES DA UE

4º Estado | MAIS IMPORTOU DA UE (7% DO TOTAL)

PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS EXPORTADOS E IMPORTADOS PELO PARANÁ (2018)



Material de transporte | US\$ 1,7 BILHÃO (42%)*

Soja | US\$ 830 MILHÕES (20%)

Madeira | US\$ 305 MILHÕES (7%)

Carnes | US\$ 190 MILHÕES (5%)

*O número foi influenciado pela exportação de US\$ 1,6 bilhão de plataformas de exploração de petróleo.

Produtos químicos (inclui medicamentos) | US\$ 743 MILHÕES (30%)

Mecânica (inclui autopeças) | US\$ 440 MILHÕES (18%)

Material de transporte | US\$ 290 MILHÕES (12%)

Materiais elétricos e eletrônicos | US\$ 126 MILHÕES (5%)



Crédito: Divulgação Brado

Companhia especializada em serviços de logística multimodal com sede em Curitiba, a Brado conta com a parceria do Sistema Fiep em seus projetos de inovação.

Brado investe em pesquisa para transporte de cargas congeladas

Empresa desenvolve soluções em logística e conta com parceria do Sistema Fiep

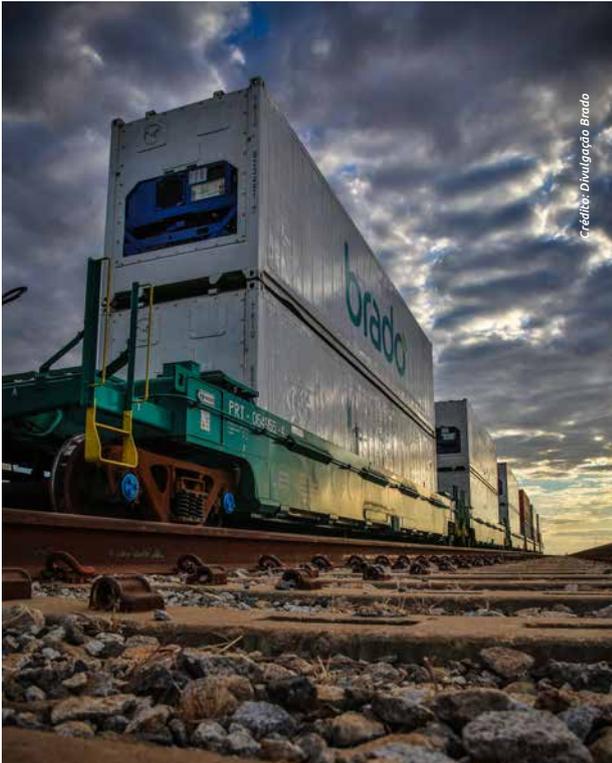
por Elvira Fantin

A utilização de energia cinética dos trilhos para alimentar o sistema de refrigeração de contêineres promete ser a grande novidade na área de transporte de cargas refrigeradas. A inovação vem sendo estudada pela Brado, companhia sediada em Curitiba, especializada em serviços de logística multimodal.

A Brado já tem um protótipo de bancada. “Nossa área de Inovação está desenvolvendo e testando um sistema que coletará a energia em baterias que serão usadas no resfriamento da carga durante o transporte ferroviário”, conta Marcelo Saraiva, diretor Comercial e de Operações da empresa. “Com o desenvolvimento da tecnologia teremos um sistema híbrido, que reduzirá o uso de energia fóssil (diesel), que é normalmente utilizada nos transportes de contêineres refrigerados”, conta.

A solução atende com mais qualidade as demandas no transporte de produtos congelados que precisam ser movimentados por longas distâncias. “Em vez de usarmos motores tradicionais a diesel para o resfriamento, teremos baterias que serão alimentadas pela energia que vem dos trilhos”, explica o diretor. O desenvolvimento conta com a parceria do Sistema Fiep, por meio do Instituto Senai de Inovação em Eletroquímica, que atua no suporte técnico.

Outra inovação da Brado foi o início, em junho, da operação com vagões double-stack, que são contêineres empilhados em dois níveis, o que aumenta em até 40% a capacidade de transporte dos trens de carga. Modelo de referência nos Estados Unidos, esse tipo de operação será utilizado pela primeira vez em trajetos de longa distância no Brasil. Os trens são formados com vagões que podem carregar dois níveis de contêineres empilhados (um de 40 pés e dois de 20 pés).



Crédito: Divulgação Brado



Crédito: Divulgação Brado



Crédito: Divulgação Brado

“ EM VEZ DE USARMOS MOTORES TRADICIONAIS A DIESEL PARA O RESFRIAMENTO, TEREMOS BATERIAS QUE SERÃO ALIMENTADAS PELA ENERGIA QUE VEM DOS TRILHOS. ”

MARCELO SARAIVA, DIRETOR COMERCIAL E DE OPERAÇÕES DA BRADO.

O monitoramento de qualquer contêiner pode ser feito pelos nossos clientes por meio de um aplicativo de celular. O WeBrado, desenvolvido pela área de inovação da Brado, dispõe de serviços como consulta a notas fiscais, booking (reserva de praça ou espaço em um navio), deadline, navio, número de lacre do armador, entre outras informações que facilitam os procedimentos de embarque da carga.

Para desenvolver estas inovações, a Brado mantém uma área com profissionais dedicados à pesquisa em sua sede, em Curitiba. Quando necessário, realiza parcerias com centros de pesquisa públicos e privados. A empresa conta com estrutura própria composta por 18 locomotivas, mais de 3 mil contêineres, 2,4 mil vagões e 14 terminais.

Mantém 700 colaboradores atuando em três regiões do País. Seu leque de serviços especializados e customizados envolve diversos produtos e clientes em três segmentos: reefer (com refrigeração para perecíveis), dry (cargas em geral) e isotank (líquidos). A Companhia está presente nas cidades de Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Santos (SP), Cubatão (SP), Bauru (SP), Araraquara (SP), Sumaré (SP), Cambé (PR), Cascavel (PR), Guarapuava (PR), Ponta Grossa (PR) e Paraná (PR). ■



Crédito: Gelson Bampi

Homenageados com os títulos Mérito Industrial, Benemérito da Indústria e Pinheiro de Ouro.

75 anos da Fiep é comemorado com homenagens

A Fiep completou 75 anos em agosto. A data foi comemorada com uma solenidade no Campus da Indústria, em Curitiba, com a presença de 400 pessoas. Participaram o vice-prefeito da capital, Eduardo Pimentel e o vice-governador do Paraná, Darci Piana. Na ocasião, empresários de todas as regiões do Paraná e personalidades que contribuíram para o sucesso da indústria ao longo desta trajetória foram homenageados.

“Estes reconhecimentos são parte das histórias de pessoas que contribuíram e seguem contribuindo para o desenvolvimento e a construção de uma indústria forte e inovadora”, disse o então presidente Edson Campagnolo.

Os homenageados foram:

Medalha do Mérito Industrial

- Grupo Nicosá (Ponta Grossa)
- Patoeste Eletro Instaladora (Pato Branco)
- Devanir Martins Costa – Indústria Furgão (Ibiporã)
- Edson Vasconcelos – Grupo Vasconcelos (Cascavel)
- Ilvo Griz – I.G. Transmissão e Distribuição de Energia (Maringá)
- Jeremias Silva Junior – Frigorífico Astra (Umuarama)

Benemérito da Indústria

- Eucario Valdemar Hörlle – Indústria Hörlle (Campo Largo)
- Paulo Kümmel – Moinho Arapongas (Arapongas)

Pinheiro de Ouro

- Horácio Lafer Piva – Klabin (Telêmaco Borba)
- Carlos Ogliari e Alexandre Parker – Volvo (Curitiba)

Láurea Honra ao Mérito

- Marlos Melek, juiz federal do Trabalho, um dos autores da Reforma Trabalhista.



Crédito: Gelson Bampi

Juiz federal Marlos Melek (ao centro) recebe a Láurea Honra ao Mérito. Na foto com Edson Campagnolo (à esquerda) e Carlos Valter (à direita).



Nova diretoria assume Fiep

Com a presença de mais de 600 convidados, foi empossada em 28 de outubro, no Campus da Indústria, em Curitiba, a nova diretoria da Fiep, gestão 2019-2023. O novo presidente é o empresário do setor metalmeccânico de Maringá, Carlos Valter Martins Pedro. Ele substituiu Edson Campagnolo, que esteve no cargo por duas gestões, desde 2011.

“A nossa missão é promover ações e prestar serviços que agreguem valor à indústria”, afirmou Carlos Valter em seu discurso. “Tudo o que fazemos deve ser voltado para o benefício dos industriais de todos os setores e de todas as regiões do nosso Estado”, reforçou.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior ressaltou que a Fiep é fundamental para colaborar com o bom momento que o Paraná vive. “Temos que remar na mesma direção para que o Paraná continue evoluindo cada vez mais”, disse.

O prefeito de Curitiba, Rafael Greca, afirmou que a Fiep é uma grande parceira de Curitiba. “Carlos Valter vai continuar, com brilhantismo, o trabalho de inovação do presidente Edson Campagnolo”, pontuou.

O vice-presidente executivo da CNI, Glauco José Côrte, que representou a entidade na solenidade, afirmou que Carlos Valter assume a presidência da Fiep em claro compromisso com o associativismo empresarial. “É salutar ver em seu programa de gestão o compromisso com os interesses da indústria do Paraná”, ressaltou.

Também participaram da posse o secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil do governo federal, Abelardo Lupion; o senador Flávio Arns; o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano, além de diversos deputados estaduais e federais, secretários de Estado, prefeitos, vereadores e lideranças do setor produtivo paranaense.





Desafio Sindirepa

O Sindicato das Empresas de Reparação de Veículos do Paraná (Sindirepa-PR) realizou em setembro, em Curitiba, o Desafio Sindirepa Batalha de Startups. Diversas startups apresentaram seus projetos. Dez foram selecionadas para apresentar a iniciativa aos empresários e profissionais do setor. A programação do encontro, realizado na sede da Fiep, incluiu ainda palestras e exposições de veículos elétricos e híbridos.

Cinco startups foram selecionadas para negociar seus projetos com os profissionais da área e contribuir para o desenvolvimento do setor. “O objetivo era aproximar os pesquisadores e os projetos inovadores dos profissionais que atuam na área e mostrar que existem várias ferramentas para solucionar os desafios que as oficinas mecânicas têm enfrentado”, disse Sandro Cruppeizaki, presidente do Sindicato.



Carro elétrico apresentado no Desafio Sindirepa.

Casas da Indústria abrigam eventos de sindicatos

Os sindicatos industriais de todo o Paraná têm cada vez mais usado as instalações e estruturas das Casas da Indústria para realizar seus eventos e reuniões de trabalho. De janeiro a setembro de 2019, foram 174 atividades entre cursos, capacitações, palestras, workshops e reuniões com associados realizadas dentro das casas por iniciativa dos sindicatos. Estes eventos reuniram 2.274 empresas e 3.413 pessoas. Além disso, as Casas também sediaram 116 atividades promovidas pelo Sistema Fiep, com a participação de 1.679 empresas e 2.391 pessoas. Outras ações promovidas pelas Casas da Indústria são a emissão de certificados de origem, atendimentos de acesso ao crédito por meio da Agência Fomento Paraná e a formalização de parcerias.

Arapongas ganha Casa da Indústria

O Sistema Fiep inaugurou, em agosto, a sua 12ª Casa da Indústria. Foi em Arapongas, no Norte do Paraná. A unidade abriga os sindicatos das indústrias de Móveis (Sima); de Cacau, Balas, Massas Alimentícias, Biscoitos e Conservas (Sincabima); de Produtos Avícolas (Sindiavipar); e de Eletricidade, Gás, Água, Obras e Serviços (Sineltepar).

Trata-se de um espaço compartilhado que funciona no modelo de condomínio sindical, viabilizando a utilização por vários sindicatos de estruturas como escritório, salas de reuniões e videoconferência, auditórios. Com Arapongas, a Fiep concluiu a instalação de todas as Casas da Indústria, cobrindo todo o Estado. As demais unidades estão localizadas em Maringá, Londrina, Apucarana, Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava, Irati, Ponta Grossa, Rio Negro e Curitiba.



[fórmula]
Senai

**As consultorias
que têm a fórmula
ideal para tornar
sua indústria
mais inovadora
e competitiva.**

**CONHEÇA AS CONSULTORIAS DA
FÓRMULA SENAI FEITAS PARA
ATENDER DIFERENTES NECESSIDADES:**

- **Manufatura Enxuta: otimize a produção**
- **Manufatura Digital: modernize**
- **Eficiência Energética: reduza custos**
- **Gestão da Inovação: inove**

A combinação de eficiência, tecnologia
e resultados para a sua indústria.

sistemafiep.com.br/formulasenai

Sistema  **SENAI**

O Senai tem o curso certo para sua indústria crescer.

Os cursos técnicos, de qualificação e de aperfeiçoamento do Senai oferecem as melhores capacitações para as indústrias do Paraná. Isso porque o Senai está em todo o estado, trabalhando para atender as necessidades profissionais específicas da sua região. Entre em contato e encontre o curso certo para impulsionar a qualificação dos seus colaboradores e a **produtividade da sua empresa**.



DESCONTOS ESPECIAIS PARA TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E EMPRESAS ASSOCIADAS AOS SINDICATOS FILIADOS À FIEP.



Opções em mais de 30 áreas



Laboratórios que simulam a indústria



Customização de cursos para sua empresa

62%

Contratados em até 6 meses após o curso



*Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fiepe) - Alunos Egressos da Educação Sistema Fiep.

CURSOCERTOSENAI.COM.BR

Sistema Fiep

FIEP
SESI
SENAI
IEL

SENAI